



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 23

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 17 DE MARÇO DE 1962

CONGRESSO NACIONAL PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 27 e 29 do mês em curso, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

Dias 27 e 29 de março, 3, 5, 10 e 12 de abril;

— veto (parcial ao Projeto de Lei nº 2.222-57, na Câmara e nº 13, de 1960, no Senado, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Dia 24 de abril:

1) — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.174-B-59, na Câmara e

nº 75-61, no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, no Estado da Paraíba;

2) — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.319-B-61, na Câmara e nº 1-62, no Senado, que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis ns. 3.780 e 3.825, de 1960, e dá outras providências.

Congresso Nacional, 16 de março de 1962.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

SENADO FEDERAL

MESA

Presidente — Senador Moura Andrade (PSD) — Em exercício.

Vice-Presidente — Senador Moura Andrade (PSD).

1º Secretário — Vago.

2º Secretário — Senador Gilberto Marinho (PSD).

3º Secretário — Senador Argemiro de Figueiredo (PTB).

4º Secretário — Senador Novaes Filho (PL).

1º Suplente — Senador Mathias Olympio (PTB).

2º Suplente — Senador Guido Mondin (PSD).

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder:

Filinto Müller (PSD)

Vice-Líderes:

Lima Teixeira (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).

Victorino Freire (PSD).

Lobão da Silveira (PSD).

Jorge Maynard (PSF).

Guido Mondin (PSD).

Da Minoria

Líder:

João Vilasboas (UDN).

Vice-Líderes:

Mem de Sá (PL).

Daniel Krieger (UDN).

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder:

Benedito Valladares.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Victorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder:

Daniel Krieger.

Vice-Líderes:

Rui Palmeira.

Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder:

Barros Carvalho.

Vice-Líderes:

Nelson Maculan.

Fausto Cabral.

Arlindo Rodrigues.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder:

Mem de Sá.

Vice-Líder:

Aloisio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder:

Jorge Maynard.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

Líder:

Lino de Mattos.

Representação Partidária

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Paulo Coelho — Amazonas.
 2. Lobão da Silveira — Pará.
 3. Victorino Freire — Maranhão.
 4. Sebastião Archer — Maranhão.
 5. Eugênio Barros — Maranhão.
 6. Menezes Pimentel — Ceará.
 7. Ruy Carneiro — Paraíba.
 8. Jarpas Maranhão — Pernambuco.
 9. Silvestre Péricles — Alagoas.
 10. Ary Vianna — Espírito Santo.
 11. Jefferson Aguiar — Espírito Santo.
 12. Gilberto Marinho — Guanabara.
 13. Paulo Fernandes — Rio de Janeiro.
 14. Moura Andrade — São Paulo.
 15. Gaspar Veloso — Paraná.
 16. Alô Guimarães — Paraná.
 17. Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
 18. Benedito Valladares — Minas Gerais.
 19. Filinto Müller — Mato Grosso.
 20. Juscelino Kubitschek — Goiás.
 21. Pedro Ludovico — Goiás.
- ##### UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL
1. Mourão Vieira — Amazonas.
 2. Zacarias de Assunção — Pará.

3. Joaquim Parente — Piauí.
4. Fernandes Távora — Ceará.
5. Reginaldo Fernandes — Rio.
6. Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
7. João Arruda — Paraíba.
8. Afrânio Lages — Alagoas.
9. Rui Palmeira — Alagoas.
10. Heribaldo Vieira — Sergipe.
11. Ovidio Teixeira — Bahia.
12. Del Caro — Espírito Santo.
13. Afonso Arinos — Guanabara.
14. Padre Calazans — São Paulo.
15. Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
16. Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17. Milton Campos — Minas Gerais.
18. João Vilasboas — Mato Grosso.
19. Lopes da Costa — Mato Grosso.
20. Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Vivaldo Lima — Amazonas.
2. Mathias Olympio — Piauí.
3. Leônidas Mello — Piauí.
4. Fausto Cabral — Ceará.
5. Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
6. Barros Carvalho — Pernambuco.
7. Lourival Fontes — Sergipe.
8. Lima Teixeira — Bahia.
9. Calado de Castro — Guanabara.
10. Arlindo Rodrigues — Rio de Janeiro.
11. Miguel Couto — Rio de Janeiro.
12. Nelson Maculan — Paraná.
13. Saulo Ramos — Santa Catarina.
14. Nogueira da Gama — Minas Gerais.

PARTIDO LIBERTADOR

1. Novaes Filho — Pernambuco.
2. Aloisio de Carvalho — Bahia.
3. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1. Lino de Matos — São Paulo.
1. Paulo Fender — Pará.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

SEM LEGENDA

1. Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

RESUMO

PSD	21
UDN	20
PTB	14
PL	3
PSP	1
PTN	1
MTR	1
S/Legenda	1
Vago	1
	63

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.

Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo
Novaes Filho.
Machias Olympio.
Guldo Mondin.
Reginaldo Fernandes

Secretário: Evandro Menezes Viana,
Diretor-Geral.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Péricles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Barros Carvalho (PTB).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Vago.
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Veloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Távora (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Del Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Aloisio de Carvalho (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHefe DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHefe DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre	Gr\$ 50,00
Ano	Gr\$ 96,00

Exterior

Ano	Gr\$ 136,00
-----	-------------

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre	Gr\$ 88,00
Ano	Gr\$ 76,00

Exterior

Ano	Gr\$ 108,00
-----	-------------

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por mês ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio do cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Gr\$ 0,40 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Gr\$ 0,50.

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
5. Eugênio Barros (PSD).
2. Vago.
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).

Secretário — José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quarta-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Agricultura

TITULARES

Nelson Maculan, Presidente (PTB).
Eugênio Barros, Vice-Presidente (PSD).
Alô Guimarães (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
(UDN).

1. Lopes da Costa.
2. Joaquim Parente.

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico.
2. Lobão da Silveira.
3. Vago.

PTB

1. Saulo Ramos.
2. Lima Teixeira.

Secretária: Maria de Lourdes Oltos, Oficial Legislativo.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (P. P.).

Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Reginaldo Fernandes (UDN).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Saulo Ramos (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Matos (PTN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lima Teixeira.
1. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário ad-hoc: Eurico Jacy Auler, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Daniel Krieger, Presidente (UDN).
Ary Vianna, Vice-Presidente (PCD).
Irineu Bornhausen (UDN).
Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (UDN).
Lopes da Costa (UDN).
Gaspar Veloso (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Barros Carvalho (PTB).
Eugênio Barros (PSD).
Mem de Sá (PL).
Fausto Cabral (PTB).
Filinto Müller (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Ruy Carneiro (UDN).
4. Coimbra Bueno (UDN).
5. João Arruda (UDN).
6. Del Caro (UDN).
1. Silvestre Péricles (PSD).
2. Ruy Carneiro (PSD).

3. Jarbas Maranhão (PSD).
4. Menezes Pimentel (PSD).
5. Pedro Ludovico (PSD).

6. Vivaldo Lima (PTB).
2. Arlindo Rodrigues (PTB).
- Sebastião Archer (PSD).
3. Paulo Fender (PTB).
4. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PCD).
Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Lino de Matos (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Paulo Fender (PTB).
Vago

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).
Afrânio Lages (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Benedicto Valladares (UDN).
Gaspar Veloso (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Lourival Fontes (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Victorino Freire (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).
2. Venâncio Igrejas (UDN).
3. Sergio Marinho (UDN).
1. Menezes Pimentel (PSD).
2. Jefferson de Aguiar (PSD).
3. Ary Vianna (PSD).
1. João Mendes (PTB).
2. Barros Carvalho (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: Eurico Jacy Auler, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Mourão Vieira, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Paulo Fender (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).
Miguel Couto (PTB).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16,00 horas.

Comissão de Transportes Comunicações e Obras Públicas

TITULARES:

Jorge Maynard, Presidente (PSP).
Lino de Matos, Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Vitorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

UDN

1. Sérgio Marinho.
2. João Arruda.

PSD

1. Jefferson Aguiar.
2. Eugênio Barros.
1. Nelson Maculan.

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficiala Legislativa.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).

Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Lopes da Costa (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).

1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos Rodrigues, Oficiala Legislativa.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).

Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

Fernandes Távora (UDN).
Dix-Huit Rosado (S/Legenda).
Silvestre Pericles.

Ruy Carneiro (PSD).
Jorge Maynard (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

INCUMBIDA DE EMITIR PARECER AO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1962, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

ATA DE INSTALAÇÃO

Reunião, realizada em 30 de novembro de 1961.

As 16 horas do dia trinta de novembro de 1961, com a presença dos Srs. Senadores Victorino Freire, Caiado de Castro e Sérgio Marinho, e dos Deputados Fernando de Santana, Nicolau

Tuma e Barbosa Lima Sobrinho, todos designados por suas respectivas Casas do Congresso Nacional para constituírem a Comissão Mista que, na forma do artigo 39, § 2º do Regimento Comum, deverá dar Parecer sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1962, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações.

De conformidade com o artigo 81, § 3º do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Deputado Barbosa Lima Sobrinho que, após declarar instalada a Comissão Mista, faz aos Senhores Membros um longo e detalhado relato sobre a matéria, competência específica da Comissão, abordando, em seguida, a necessidade de eleição do Presidente, através de escrutínio secreto, em obediência ao Regimento Interno, que dispõe sobre o assunto, e suspende a Reunião por cinco minutos, a fim de serem confeccionadas as respectivas cédulas.

Reaberta a Reunião, procede-se à votação, sendo os votos depositados em urna apropriada.

O Sr. Presidente designa o Sr. Deputado Fernando de Santana para exercer a função de escrutinador.

Apurada a votação, o Sr. Deputado Fernando de Santana proclama o seguinte resultado:

Deputado Barbosa Lima Sobrinho 5
Senador Caiado de Castro 1

Por proposta do Sr. Senador Caiado de Castro, apoiada unanimemente, a Comissão delibera oficial ao Presidente do Conselho de Segurança Nacional solicitando o Parecer deste órgão, do ponto de vista da Segurança Nacional, sobre os Projetos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Procedendo à continuidade dos trabalhos, o Sr. Presidente propõe o nome do Sr. Sérgio Marinho para Relator.

O Sr. Sérgio Marinho, usando da palavra, após agradecer ao Sr. Presidente e demais Membros da Comissão Mista a distinção da lembrança de seu nome para exercer aquela alta função, declinada investidura, alegando já ter ponto de vista firmado sobre a matéria a ser apreciada.

Em aditamento, animado do espírito de máxima cooperação a fim de levar a bom termo a árdua tarefa a si e a seus pares atribuída, sugere o nome do Sr. Senador Caiado de Castro para Relator, proposição que é unanimemente apoiada pela Comissão.

O Sr. Presidente delibera marcar nova reunião a realizar-se dia 6 de dezembro, às 15,00 horas, na dependência, se tal se efetuar, do pronunciamento do Conselho de Segurança Nacional.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Renato Fonseca, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros. — Barbosa Lima Sobrinho, Presidente. — Caiado de Castro, Sérgio Marinho. — Fernando de Santana. — Victorino Freire. — Nicolau Tuma.

COMISSÃO MISTA

INCUMBIDA DE EMITIR PARECER SOBRE O SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 1962, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES

2ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 1961

A 17,30 horas do dia seis de dezembro de mil novecentos e sessenta e um, sob a Presidência do Sr. Deputado Barbosa Lima Sobrinho, reúne-se a Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 36, de 1962, que dis-

põe sobre o Código Brasileiro de Telecomunicações, com a presença dos Srs. Senadores: Victorino Freire, Sérgio Marinho e Caiado de Castro, e dos Sr. Deputado Fernando de Santana. Por motivo justificado, deixa de comparecer o Sr. Deputado Nicolau Tuma.

Aberta a Sessão o Sr. Presidente comunica que, conforme decisão da Comissão, oficiara ao Sr. Presidente do Conselho de Segurança Nacional, solicitando o pensamento daquele órgão sobre a matéria em pauta, não tendo, entretanto, recebido, até aquela data, resposta ao seu Ofício. E como a Comissão decidira da alta importância daquele documento, propôs o Sr. Presidente que a Comissão continuasse a aguardar o pronunciamento daquele importante órgão público.

Aprovada tal proposição e nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Luiz Renato Fonseca, Secretário, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Membros. — Barbosa Lima Sobrinho, Presidente. — Victorino Freire. — Sérgio Marinho. — Caiado de Castro. — Nicolau Tuma.

ATA DA 1ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 16 DE MARÇO DE 1962

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, RUI PALMEIRA E ARGEMIRO DE FIGUEIREDO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores: Mourão Vieira. — Paulo Coelho — Vivaldo Lima. — Paulo Fender. — Zacharias de Assumpção. — Lobão da Silveira. — Sebastião Archer. — Mathias Olympio. — Joaquim Parente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Menezes Pimentel. — Argemiro de Figueiredo. — Jarbas Maranhão. — Barros Carvalho. — Ruy Palmeira. — Silvestre Pericles. — Lourival Fontes. — Heribaldo Vieira. — Ovidio Teixeira. — Lima Teixeira. — Ary Vianna. — Gilberto Marinho. — Benedito Valadães. — Noqueira da Gama. — Milton Campos. — Moura Andrade. — Lino de Matos. — Pedro Ludovico. — José Feliciano. — Filinto Müller. — Gaspar Velloso. — Nelson Maculan. — Saulo Ramos. — Irineu Bornhausen. — Daniel Krieger. — Mem de Sá. — Guido Mondin. (36)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

1). Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

— Projeto de Lei da Câmara número 1.008 de 1959, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para planejamento, construção e aparelhamento da Casa dos Municípios em Brasília, e dá outras providências:

— Câmara Municipal de Icó, CE; — do Prefeito Municipal de Angicos, RN;

— da Câmara Municipal de Londrina, PR;

— do Prefeito Municipal de S. Paulo, SP;

— da Câmara Municipal de Porto Alegre, RS.

— Projeto de Lei da Câmara número 3.374 de 1961, que concede a to-

do emprego, no mês de dezembro, salário em dobro:

— da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Rio de Janeiro, RJ;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro de Curitiba, PR;

— da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio do Rio de Janeiro, GB;

— do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Massas Alimentícias de S. Paulo, SP;

— do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos para fins Industriais, de Produtos Farmacêuticos, Tintas e Vernizes, de Curitiba, PR.

— Projeto de Lei da Câmara número 3.727 de 1961, que proíbe a manutenção de gado equino e muar e suprime o funcionamento de açougueiros que trabalham com carne de cavalo;

— da Câmara Municipal de Bilac, SP;

— da Câmara Municipal de Cosmorama, SP;

— da Câmara Municipal de Glicério, SP;

— da Câmara Municipal de Guarapés, SP;

— da Câmara Municipal de Itapererica da Serra, SP;

— da Câmara Municipal de Quatã, SP;

— da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP.

2) Comunicações de eleição e posse:

— do Prefeito Municipal de Tamaniquã, AM;

— da Diretoria da Ação Social Beneficente da Praça 14, de Manaus, AM;

— da Associação Rural de Irituna, PA;

— do Prefeito Municipal de N. S. dos Remédios, PI;

— da Diretoria da Federação Alagoana de Desportos Universitários, Maceió, AL;

— da Diretoria da União Beneficente e Cultural dos Artífices de Bonfim, Senhor do Bonfim, BA;

— da Diretoria da Cooperativa de Consumo de Jornalistas de Salvador, BA;

— da Diretoria do Aero Clube de Aquidauana, MT;

— da Diretoria da Sociedade Campograndense de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Ledra, MT;

— da Mesa da Câmara Municipal de Três Lagoas, MC;

— da Diretoria da Sociedade Promelhoramento Fama e Vila Operária de Goiânia, GO;

— da Mesa D. C. Municipal de Jerônimo Monteiro, ES;

— da Mesa da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, MG;

— da Diretoria da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, em Uberaba, MG;

— da Diretoria da Liga Operária Vigossense, Vigosa, MG;

— da Diretoria da Associação Rural de Araçoiaba da Serra, SP;

— da Diretoria da Associação dos Cronistas Esportivos de Araraquara, SP;

— da Diretoria da Associação dos Advogados de São Paulo, SP;

— da Diretoria da Associação do Vale do Rio Grande, Barretos, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Brodowski, SP;

— da Diretoria da Sociedade União dos Aposentados e Pensionistas de Baurá, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Buri, SP;

— da Mesa da Câmara Municipal de Cananéia, SP;

— da Diretoria da Federação dos Contabilistas do Estado de S. Paulo, SP;

— da Diretoria da Associação Rural da França, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Guaimbé, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Itapeceira da Serra, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Mirassol, SP;
 — da Diretoria do Centro Acadêmico "Luiz de Queiroz", SP;
 — da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de S. Bernardo do Campo, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Sarutaiá, SP;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Valparaíso, SP;
 — do Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, PR;
 — da Diretoria da União Operária Beneficente de Boa Vista, Rio Branco;
 — do Subsecretário de Estado das Relações Exteriores do Rio de Janeiro, GB;
 — da Diretoria da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, do Rio de Janeiro, GB;
 — da Diretoria da Sociedade Pastoral, Agrícola e Industrial de Jabuarão, RS;
 — do Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal, Dr. Miranda Lima;
 — do Prefeito Municipal de Fênix, PR;
 — da Diretoria do Centro Estudantil "Fernando Amaro" de Paranaguá, PR;
 — do Prefeito Municipal de Marameleiro, PR;
 — do Prefeito Municipal de Vitorino, PR;
 — do Reitor da Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, SC;
 — do Prefeito Municipal de Miraselva, PR;
 — do Prefeito Municipal de Saudades, SC;
 — da Diretoria da Associação Comercial de Lajeado, Rio G. Sul;
 — da Mesa da Câmara Municipal de Canela, RS;
 — do Prefeito Municipal de Florinda, RS;
 — da Diretoria da Associação dos Amigos do Bairro de N. S. da Penha, Ijuí, RS.

Manifestações favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara Nº 94 de 1961, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e dá outras providências.

— da Câmara Municipal de Cosmópolis, SP;
 — da Câmara Municipal de Guararapes, SP;
 — da Câmara Municipal de Jacaré, SP;
 — da Câmara Municipal de Pedreiras, SP;
 — da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, SP;
 — da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP;
 — da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, SP;
 — da Câmara Municipal de São Carlos, SP.

Prestação de contas da cota do Imposto de Renda recebida das Prefeituras Municipais:

— do Prefeito Municipal de Bicas, MG;
 — do Prefeito Municipal de Bom Jardim de Minas, MG;
 — do Prefeito Municipal de Cipolândia, MG;
 — do Prefeito Municipal de São João Nepomuceno, MG.

1) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

— Projeto de Lei da Câmara número 1.098-59, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para planejamento, construção e aparelhamento da Casa dos Municípios em Brasília, e dá outras providências;
 — do Prefeito Municipal de Pinheiro, MA;
 — do Prefeito Municipal de Matias Olímpio, PI;
 — da Câmara Municipal de Jucurutu, RN;
 — da Câmara Municipal de Luziamento do Brumado, BA;
 — do Prefeito Municipal de Porto Seguro, BA;
 — do Prefeito Municipal de Alfredo Chaves, ES;
 — do Prefeito Municipal de Ecoporanga, ES;
 — da Câmara Municipal de Corumbá de Goiás, GO;
 — da Câmara Municipal de Luziânia, GO;
 — do Prefeito Municipal de Pires do Rio, GO;
 — da Câmara Municipal de Tupirama, GO;
 — da Câmara Municipal de Araraquara, SP;
 — da Câmara Municipal de Angra dos Reis, RJ;
 — da Câmara Municipal de Paiva, MG;
 — da Câmara Municipal de Imbituba, SC;
 — da Câmara Municipal de Penha, SC;
 — da Câmara Municipal de Araucária, PR;
 — da Câmara Municipal de Carazinho, RS;
 — da Câmara Municipal de S. Lourenço do Sul, RS;
 — Projeto de Lei da Câmara número 3.537-57, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
 — da Câmara Municipal de São Paulo, SP;
 — Projeto de Lei da Câmara número 4.389-57, que institui a reforma agrária;
 — do Vice-Prefeito de Belém — PA;
 — do Centro de Recuperação Agrícola de Recife, PE;
 — do Sindicato dos Empregados no Comércio de Bauru, SP;
 — da Câmara Municipal de Campinas, SP;
 — da Diretoria da Associação dos Condutores de Trem da E.F. Central do Brasil do Rio de Janeiro, GB;
 — do Diretório do Partido Social Progressista do Estado do Rio de Janeiro, RJ;
 — da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG;
 — do Núcleo da Frente de Libertação Nacional de Paranaíba, PR;
 — da Câmara Municipal de Bagé, RS;
 — da Câmara Municipal de Carazinho, RS.

2) Observações e sugestões sobre Projetos em curso no Congresso:

— Projeto de Lei da Câmara número 36-53, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Radiodifusão;
 — da Assembleia Legislativa do Ceará;
 — da Cia. Telefônica de Pará de Minas, MG;
 — da Cia. Telefônica de Poços de Caldas, MG;
 — da Cia. Telefônica de Cláudio, MG;
 — da Cia. Telefônica de Barão de Cocais, MG;
 — da Cia. Transmaco Tm. Comunicações, de Sete Lagoas, MG;
 — da Cia. Telefônica do Litoral Paulista, em São Vicente, SP;

— da Cia. Telefônica de Borda do Campo e Empresas Telefônicas de Santo André, SP;
 — do Sindicato da Indústria de Aparelhos Eletrônicos de São Paulo.
 — Projeto de Lei nº 3.374-61 — Concede a todo empregado, no mês de dezembro, salário em dobro;
 — da Associação Comercial de São Paulo, SP;
 — do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de São Paulo;
 — do Senhor Camilo Ansará, de São Paulo, SP;
 — da Federação das Indústrias de Belo Horizonte, MG;
 — da Associação Comercial de Carazinho, RS;
 — do Senhor Aloísio Ribeiro, de Porto Alegre, RS;
 — da Associação Comercial de Pelotas, RS;

3) Solicitações e sugestões para apresentação de proposições:

— que disponha sobre o imposto de consumo sobre filme cinematográfico impresso;
 — do Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica do Rio de Janeiro, GB;
 — que conte para efeito de aposentadoria o tempo pelo qual o associado contribuiu facultativamente para o IAPI, bem como a outros Institutos;
 — da Câmara Municipal de São Carlos, SP;

4) Diversos assuntos:

Manifestações contrárias ao impedimento da criação de novos municípios no País:

— do Presidente da Comissão do Distrito de Timóteo, de Acesita, MG;
 — da Comissão Pro-Encampação do Distrito de Medeiros, de Campos Altos, MG;
 — do Sr. Cristóvão Cipriano, de Cana Verde, MG;
 — da Associação Rural de Inhapi, MG;
 — da Comissão Pró-Encampação do Distrito de Ipatinga, MG;
 — da Assembleia Legislativa do Ceará solicitando providências no sentido de ser manifestada ao Premier Kruschew, a repulsa do Brasil ao desejo do Ditador Russo de fazer explodir uma bomba atômica de 50 megatons;
 — do Prefeito Municipal de Senador Sá, CE, manifestando apoio ao trabalho elaborado pelo SENAN, sobre a administração municipal nacional;
 — da Câmara Municipal de Recife solicitando revogação do art. 80, da Lei de Contravenções Penais vigente, na parte relativa ao "jogo do Bicho";
 — da Câmara Municipal de Recife, PE, fazendo apelo no sentido da doação do edifício da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, para instalação da sede própria do Poder Legislativo;

— da Câmara Municipal de Caruaru, PE, fazendo apelo no sentido de ser consignado no orçamento da União uma subvenção de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para a Campanha de Recuperação e Assistência a Menores Abandonados;
 — da Câmara Municipal de Escada, PE, manifestando-se solidária com a majoração do preço do açúcar, cujo produto é a base econômica-social de Pernambuco;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo, no Estado de Alagoas, enviando cópia de exposição de motivos que faz aquele sindicato sobre as necessidades dos trabalhadores brasileiros;

— da Assembleia Legislativa de Alagoas, lamentando o pavoroso incêndio do Gran-Circo Americano em Niterói, RJ;

— da Câmara Municipal de Jequié, BA, manifestando-se favorável à estabilidade dos ocupantes de cargos nas diretorias dos sindicatos;

— da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, SP, fazendo apelo para a conclusão imediata das obras da Segunda Pista da Rodovia Presidente Dutra, dado o número incalculável de acidentes ali ocorridos;

— da Câmara Municipal de Sorocaba, SP, fazendo apelo para a instituição do abono de natal aos trabalhadores;

— da Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP, manifestando-se a favor da delimitação da remessa de lucros de capitais estrangeiros para o exterior;

— da Câmara Municipal de São Paulo, SP, fazendo apelo no sentido de um regulamento especial para frequência à Praça de Esportes dos Clubes nos Estados, para o combate à delinquência juvenil.

1) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

— Projeto de Lei da Câmara número 3.618-61, que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
 — do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado da Guanabara;
 — Projeto de Lei da Câmara número 189-61, que disciplina a aplicação de capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior, e dá outras providências;
 — da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Rio de Janeiro, Niterói, RJ.

2) Observações e sugestões sobre proposições em curso no Congresso:

— Projeto de Lei da Câmara número 94-61, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e dá outras providências;
 — da Câmara Municipal de Piatina, SP;
 — da Câmara Municipal de Vera Cruz, SP;
 — Projeto de Lei da Câmara número 2.465-60, que revoga os Decretos-leis ns. 915, de 1-12-38 e 1.061, de 20-1-40, que dispõe sobre a cobrança do imposto de vendas e consignações;
 — da Assembleia Legislativa do Amazonas;
 — da Federação do Comércio de Salvador, BA;
 — da Prefeitura Municipal de Arujá, SP;
 — da Câmara Municipal de Caçapava, SP;
 — da Câmara Municipal de Mococa, SP;
 — da Câmara Municipal de Pindamonhangaba, SP;
 — da Câmara Municipal de Mandaguá, PR;
 — da Câmara Municipal de Getúlio Vargas, RS.

3) Comunicação de eleição e posse:

— do Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, Brasília, DF;
 — do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., do Rio de Janeiro, GB;
 — do Presidente da Confederação Nacional da Indústria do Rio de Janeiro, GB.

4) Diversos assuntos:

— do Professor Zacarias de Feltosa Costa, sugerindo modificação na segunda parte do nosso Hino Nacional;

— do Presidente da Associação Comercial de Coroa, MA, solicitando providências no sentido do funcionamento do Ramal Ferroviário Coroa-Independência;

— do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região de Recife, PE, fazendo apelo no sentido da inclusão da magistratura na

projeto de aumento de vencimentos do funcionalismo civil;

— da Assembleia Legislativa de Pernambuco, solicitando providências para a construção de cisternas destinadas ao abastecimento de água em diversas regiões daquele Estado;

— da Assembleia Legislativa de Pernambuco, solicitando providências para a ampliação do Serviço Nacional de Assistência aos Municípios;

— do Secretário Particular do Governador do Estado da Bahia, comunicando haver recebido o discurso da Convenção Udenista de 1959;

— da Campanha de Auxílio às Vítimas da Seca, de Vitória da Conquista, BA, solicitando auxílio para o problema da seca no Norte e Nordeste do país;

— do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, Campinas, SP, fazendo apelo no sentido de eliminar o limite de idade para a aposentadoria aos 30 ou 35 anos de serviço;

— da Sociedade Rural Brasileira em São Paulo, SP, fazendo apelo no sentido de não facilitar desapropriação de imóveis rurais; (modificação do § 16, art. 141, Const.);

— da Union Católica Internacional de Serviço Social, São Paulo, SP, fazendo apelo para a instituição no país do salário-família;

— da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, SP, fazendo apelo no sentido de ser regulada a profissão de Geógrafo;

— da Câmara Municipal de São Carlos, fazendo apelo no sentido da solução do problema da moradia no país, criando o Instituto de Habitação;

— da Comissão Executiva da Associação Rural de Presidente Prudente, SP, fazendo apelo no sentido da criação de uma Faculdade naquela localidade;

— do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Campinas, SP, manifestando-se favorável ao abono natalino do trabalhador no país;

— da Cia. Brasileira de Calçados "Cobrasil", enviando memorial com referência à reforma tributária;

— da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, enviando o programa daquela federação;

— do Prefeito Municipal de Aguas do Prata, SP, fazendo apelo no sentido da liberação da cota do imposto de renda devida àquela localidade;

— da Associação dos Advogados de São Paulo, manifestando-se contrária à criação de mais 3 Tribunais Federais de Recursos, com jurisdição sobre todo o território nacional;

— da Câmara Municipal de S. Carlos, SP, solicitando providências para a contenção do custo de vida;

— da Companhia Telefônica do Litoral Paulista, fazendo apelo no sentido da aprovação do art. 42, do Projeto 3.549, que ameaça a existência livre da empresa telefônica;

— da Associação Rural de Flores da Cunha, RS, e da Câmara Municipal de Caxias do Sul, RS, manifestando-se contrárias à nova taxação do imposto de consumo sobre vinho;

— da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, RS, fazendo apelo no sentido de ampliar a dotação orçamentária destinada à agricultura;

— das Câmaras Municipais de Gramado e Marau, fazendo apelo para o urgente enquadramento dos Agentes Municipais e demais funcionários do IBGE, dada a precaríssima situação dos mesmos com vencimentos antiquados;

— das Câmaras Municipais de Marau, RS, Canela, RS, e Cruz Alta, RS, manifestando-se favoráveis à iniciativa que isenta as prefeituras do pagamento atrasado da cota de previdência social;

— da Prefeitura Municipal de Pelotas, RS, manifestando-se favorável

à criação da Superintendência da Recuperação da Baixada Sul-Rio-grandense;

— da Câmara Municipal de Bagé, RS, fazendo apelo no sentido da revisão na legislação vigente sobre o trabalho dos menores;

— da Câmara Municipal de Carazinho, RS, manifestando-se contrária ao feriado aos sábados para o funcionalismo federal;

— da Câmara Municipal de Triunfo, RS, solicitando providências para o barateamento do pão;

— da Câmara Municipal de Triunfo, ES, solicitando providências para a suspensão da cobrança obrigatória da parte dos empregadores que está sendo feita pelos Institutos;

— da Câmara Municipal de Canguçu, RS, solicitando providências no sentido de que sejam amparados os ex-combatentes do Brasil;

— da Câmara Municipal de Santo Angelo, RS, enviando cópia da lei que cria a taxa de rodágio e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de São Sapé, RS, fazendo apelo no sentido da elevação para 200 milhões a dotação destinada à Universidade de Santa Maria, RS;

— da Câmara Municipal de Torres, RS, manifestando-se contrária à pena de morte no país;

— da Câmara Municipal de Ijuí, RS, manifestando-se contrária à restauração do Partido Comunista no Brasil;

— da Associação Rural de Farroupilha, RS, solicitando auxílio para aquela região, aos agricultores, que foram prejudicados em suas lavouras, pela violentíssima chuva de pedras caída naquela localidade;

— da Câmara Municipal de Pedro Osório, RS, fazendo apelo no sentido de que sejam respeitados os dispositivos da Emenda Constitucional número 4;

— da Câmara Municipal de Pedro Osório, RS, manifestando-se favorável à instituição do salário-família;

— da Câmara Municipal de Pelotas, favorável ao abono de natal aos trabalhadores do país.

1) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

PL/3.078-61, que altera o art. 1.º da Lei nº 3.205, de 15 de julho de 1957 e dá outras providências (reestruturação dos cargos de Tesoureiro);

— da Câmara Municipal de Itapeitinga, SP;

PL/1.481-60 — que efetiva os inteiros do serviço público;

— da Câmara Municipal de Lorena, SP.

2) Observações e sugestões sobre proposições em curso no Congresso:

— PL/950-59 — Assegura aos servidores dos extintos Serviços de Malária, Peste e Febre Amarela, hoje incorporados ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, aposentadoria com vencimentos integrais aos vinte e cinco anos de serviço público;

— do Conselho Administrativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, no Rio de Janeiro, GB;

— PL/2.038-60 — Regula o exercício da profissão de geólogo;

— do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Rio, GB;

— PL/3.628-61 — Estende o salário-família ao trabalhador e dá outras providências;

— da C. Municipal de Arroio Grande, RS;

— da C. Municipal de Caxias do Sul, RS;

— da C. Municipal de Flores da Cunha, RS.

— PL/94-61 — dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de Taubaté, SP;

— PLC/189-61 — Disciplina a aplicação de capital estrangeiro e dá remessas de valores para o exterior e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP;

— da Câmara Municipal de Cotias, SP;

— PLC/24-58 — Regula o direito de greve, na forma do art. 158 da Constituição Federal;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP;

— do II Congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará;

— do Sindicato da Indústria do Papel no Estado de São Paulo, SP;

— da Câmara Municipal de Santos, SP;

— da Câmara Municipal de Taubaté, SP;

— do IV Congresso Regional dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG;

— do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, GB;

— da Federação dos Bancários da Guanabara;

— dos bancários cariocas, fluminenses e capixabas;

— da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, RS;

— da Câmara Municipal de Santa Maria, RS;

— do Sr. José Ademair Sarmento de Paula e outros (memorial com 127 assinaturas), de São Leopoldo, RS;

3) Diversos assuntos:

— da Ordem dos Advogados da Seção do Amazonas, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Senador Cunha Melo;

— da Câmara Municipal de Anhangá, PA, fazendo apelo no sentido das imunidades parlamentares dos Prefeitos e Vereadores;

— da Câmara Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, RJ, manifestando-se favorável ao desconto de 10% dos subsídios para pagamento da dívida externa do país;

— da Câmara Municipal de Volta Redonda, RJ, solicitando a encampação da Rio-Light;

— da Confederação Nacional dos trabalhadores na Indústria, RJ, solicitando a criação de duas Juntas de Conciliação e Julgamento em Recife;

— da Sociedade Amigos de Afonso Celso, fazendo apelo na substituição de frase do Hino Nacional;

— do Sindicato Nacional dos Aeroviários fazendo apelo no sentido da regulamentação de investimento de capital internacional na aviação comercial;

— da Câmara Municipal de Paranaguá, PR, solicitando anistia para os estivadores do Porto de Paranaguá;

— da Câmara Municipal de Campo Mourão, PR, solicitando a revogação do art. 58 da Lei Eleitoral;

— da Associação de Proteção aos Menores Desamparados da Comarca de Ubá, MG, enviando convite para lançamento da pedra fundamental do Pavilhão do Patronato S. José;

— do Lar das Meninas, Divinópolis, MG, solicitando recebimento de verbas;

— da Câmara Municipal de Juiz de Fora, MG, fazendo apelo para sustar o fechamento da usina atômica em Poços de Caldas;

— da Câmara Municipal de Curvelo, MG, congratulando-se com o Senado pela posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Senador da República;

— da Prefeitura Municipal de Conceição de Ipanema, MG, remetendo lei orçamentária para 1961;

— da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG, manifestando-se contrário aos concursos para dentistas e médicos do IAPC.

1) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

Proj. de Emenda Constitucional nº 3-61 — altera o § 1.º do art. 191 da Constituição Federal. (Aposentadoria aos 30 anos de serviço público).

— da Associação de Engenheiros da Central do Brasil, Rio, GB;

— dos Ferroviários reunidos em II Convenção no Rio de Janeiro, GB.

Projeto de Lei da Câmara número 383-59 (Deputado Último de Carvalho) que dispõe sobre gratificação mensal aos oficiais do Registro Civil, e dá outras providências;

— da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

2) Diversos assuntos:

— da Câmara Municipal de Aracaju, SE, solicitando anistia para radioamadores;

— da Cia. Carangolense de Telefones, Carangola, MG, manifestando-se contrária ao Código de Telecomunicações;

— da Assembleia Legislativa de Goiás solicitando providências para a concessão aos deputados estaduais de franquias postais-telegráficas;

— da Confederação Nacional das Indústrias do Rio de Janeiro GB, manifestando-se contrária à participação que os agentes de inspeção do trabalho ter nas multas decorrentes de infração;

— da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Cabo Frio, RJ, congratulando-se com o Senado pelas cotas concedidas pelo Instituto Brasileiro do Sal, para as Usinas de Sal a vácuo;

— da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, de Volta Redonda, RJ, solicitando para que os preenchimentos dos cargos de direção nas empresas industriais de economia mista sejam subordinados ao critério de capacidade administrativa e não de simples indicação político-partidária;

— da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, GB, apresentando as reivindicações da I Convenção Nacional dos Servidores Públicos federais, autárquicos, estaduais e municipais;

— da Câmara Municipal de Araraquara, SP, fazendo apelo no sentido de estender aos agrimensores, formados no regime do Decreto-lei número 20.178 de 12 de dezembro de 1945, após o ano de 1956, os direitos reconhecidos aos profissionais de agrimensura;

— da Câmara Municipal de Bilac, SP, fazendo apelo no sentido de que todos os municípios tenham "Tiros de Guerra";

— da Câmara Municipal de Alvares Machado, SP, congratulando-se com o Congresso pela aprovação da Emenda Constitucional nº 5, de 21 de novembro de 1961;

— da Prefeitura Municipal de Avaré, SP, convidando os Parlamentares para as solenidades comemorativas do 1.º Centenário da Cidade de Avaré, SP;

— do Sr. José Telxira de Almeida, de Bauru, fazendo apelo no sentido de ajuda à lavoura cafeeira paulista;

— da Câmara Municipal de Campinas, SP, fazendo apelo no sentido da não infiltração dos "trusts" na indústria do petróleo brasileiro;

— do Centro Acadêmico XVI de abril congratulando-se com o Congresso pela aprovação das diretrizes e bases do ensino nacional;

— da Comissão Organizadora do VII Congresso Nacional de Campinas, SP, enviando convite para a realização do conclave daquela organização;

— da Câmara Municipal de Cesário Lndé, SP, solicitando providências para que não seja reconhecido pelo Governo Federal, a legalidade do Partido Comunista no Brasil;

— da Câmara Municipal da Estância, de Amparo, SP, manifestando seu apoio à pretensão da Câmara Municipal

pal de Bagança Paulista, da ligação direta da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro à Capital do Estado de S. Paulo;

— da Câmara Municipal de Dracena, SP, fazendo apelo no sentido da apresentação de relatórios das atividades de todas as Câmaras Municipais para divulgação da atuação dos representantes das mesmas;

— da Câmara Municipal de Estância de Atibaia, SP, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Senador Cunha Mello;

— da Câmara Municipal de Flórida Paulista, fazendo apelo no sentido da unificação dos Institutos;

— da Câmara Municipal de Guaratinguetá, SP, solicitando providências para a abolição da Instrução 204;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, SP, manifestando-se contrária à atitude de determinados grupos que pretendem importar milho, prejudicando a agricultura no País;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Pires, SP, manifestando-se contrária ao regime parlamentarista sobre a eleição do Presidente da República;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo no sentido para a modificação na legislação social brasileira;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo no sentido de uma revisão das leis trabalhistas, principalmente com referência aos bancários;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo para ser suprimido o art. 686 do Código Civil;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo no sentido da regulamentação das transferências dos bancários;

— do Centro Acadêmico Armando de Sales Oliveira, de S. Carlos, SP, fazendo apelo no sentido de ser revogado o art. 12, alínea "b" da Lei número 3.855, de 13 de dezembro de 1960;

— da Câmara Municipal de S. Bernardo do Campo, SP, fazendo apelo para a transferência para os Tribunais Estaduais da competência para julgamento e aprovação das contas dos Prefeitos Municipais;

— da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de S. Paulo, congratulando-se com o Congresso pela aprovação do projeto que dispõe sobre a aposentadoria dos advogados;

— da União Nacional Evangélica, de S. Paulo, SP, manifestando-se favorável à obrigatoriedade da assistência religiosa às forças armadas;

— do Sr. José J. Santiago, e outros, fazendo apelo para que os trabalhadores do campo tenham melhores salários;

— da Câmara Municipal de Santos, SP, solicitando providências a fim de serem apuradas as causas motivadoras da renúncia do Ex-Presidente Jânio Quadros;

— da Câmara Municipal de S. Lúcia, SP, fazendo apelo para que a classe média fique isenta do imposto de renda;

— do Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, SP, congratulando-se com o Congresso pela aprovação do projeto sobre diretrizes e bases do ensino nacional;

— do Centro Português de Santos, agradecendo o apoio prestado por Portugal, quando da agressão indiana contra Goa;

— da Câmara Municipal de S. Paulo, SP, fazendo apelo no sentido de ser aprovada com a maior brevidade a Convenção nº 87, firmada pelo Governo brasileiro, na Conferência Internacional do Trabalho realizada em 1948 em S. Francisco da Califórnia;

— da Câmara Municipal de S. Paulo, SP, lançando na ata dos trabalhos daquela Câmara um voto de profundo pesar pelo falecimento, há três anos, do notável político Nereu Ramos;

— da Câmara Municipal de Tamboá, SP, manifestando-se contrária

ao uso indevido que alguns Deputados e Senadores vêm fazendo do telegrafo nacional;

— da Câmara Municipal de Taquaritinga, SP, fazendo apelo no sentido de não ser cortada na Comissão de Orçamento do Senado a verba destinada à construção do prédio dos Correios e Telégrafos daquela localidade;

— das Câmaras Municipais de S. Gabriel, RS, Ibirubá, RS, Ijuí, RS, Marau, RS, fazendo apelo no sentido da revisão da legislação vigente que regula o trabalho dos menores;

— das Câmaras Municipais de Carazinho, RS, Getúlio Vargas, RS, fazendo apelo para a aprovação do projeto que dispõe sobre a cota de previdência recolhida ou não pelas prefeituras;

— da Câmara Municipal de Marau, RS, solicitando colaboração contra a inclusão do vinho na lista de produtos isentos de tributos;

— da Câmara Municipal de Getúlio Vargas, RS, fazendo apelo para a aprovação da abertura de crédito de 200 milhões pelo Ministério da Saúde para aquisição de ambulâncias;

— da Câmara Municipal de Jaguarí, RS, solicitando providências no sentido de mandar efetuar o pagamento dos restantes 50% aos Agentes Recenseadores de 1960.

1) Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes propostas:

— Projeto de Lei da Câmara número 2.908-61, que declara estatal o seguro contra acidentes do trabalho e dá outras providências;

— dos trabalhadores metalúrgicos de Barão de Cocais, MG;

— da Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG;

— Projeto de Lei da Câmara número 3.411-61, que cria a carreira de Radiotelegrafista e dá outras providências;

— da Câmara Municipal de Ceres, GO;

2) Diversos assuntos:

— da Comissão Permanente da 1ª Conferência de Trabalhadores do médio S. Francisco, em Juazeiro, BA;

— dando conhecimento ao Senado das resoluções tomadas na sua 1ª conferência;

— da Câmara Municipal de Cachoeira, BA, solicitando auxílio para o flagelo causado pelas enchentes e a fixação da sede da Petrobrás para o Estado da Bahia;

— do Prefeito Municipal de Parauana, GO, solicitando do Senado a aprovação do anexo da Saúde com melhores dotações para o próximo exercício;

— da Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás, enviando manifesto definindo a posição das Classes Rurais em decorrência de uma representação da Sociedade Goiana de Pecuária;

— do Prefeito Municipal de Luziânia, GO, solicitando auxílio para a construção de escolas daquela localidade;

— da 1ª Festa do Abacaxi em Monte Alegre, MG, convidando os parlamentares para a solenidade de abertura oficial dos festejos daquela localidade, região mais produtora daquele fruto do Triângulo Mineiro;

— do Sr. Lourival Batista, comunicando a Comissão de Orçamento aprovou seu parecer com relação à suplementação de verba do ano corrente;

— da Associação Profissional dos Identificadores do Ministério do Trabalho de Friburgo, RJ, solicitando apoio para as reivindicações dos Identificadores do Ministério do Trabalho;

— das Câmaras Municipais de Guararapes, SP, e Ribeirão Pires, SP, hipotecando apoio à iniciativa de apre-

sentação de relatório das atividades dos representantes do povo de todas as Câmaras do País;

— da Câmara Municipal de Cubatão, SP, fazendo apelo para a concessão de anistia aos revoltosos políticos;

— da Câmara Municipal de Santa Lúcia, SP, manifestando-se contrária à importação de milho;

— da Câmara Municipal de Santos, SP, fazendo constar dos anais daquela Câmara um voto congratulatório pelo 13º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas;

— da Assembleia Leg. de Alagoas, solicitando providências no sentido de estender os benefícios da reclassificação e paridade aos agentes de estatística do IBGE;

— da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, SP, fazendo apelo no sentido da unificação dos IAPES;

— da Câmara Municipal de Vera Cruz, SP, manifestando-se favorável à transferência da Petrobrás para Salvador, BA;

— da Câmara Municipal de Itaúna, MG, congratulando-se com o Congresso pela aprovação da Emenda Constitucional que aprova nova discriminação de rendas para os municípios;

— da Legião de Ensino Rural de Eugenópolis, MG, comunicando sua instalação naquela localidade;

— da Associação Brasileira de Odontologia, Seção de Minas Gerais, solicitando o rápido restabelecimento dos concursos públicos para o serviço público federal e autárquico; manifestando-se contrária à suspensão do concurso de dentista do IAPC;

— da Câmara Municipal de Itapagipe, MG, fazendo apelo no sentido da região do Triângulo Mineiro ser considerada integrante do Plano da C.O.D.E.;

— da Câmara Municipal de Itaúna, MG, manifestando-se contrária ao aumento do imposto de consumo;

— da Câmara Municipal de Pelotas, RS, manifestando-se favorável ao abono de natal aos trabalhadores;

— do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, manifestando-se favorável à federalização da Justiça;

— da Câmara Municipal de Capinzal, SC, manifestando-se favorável ao plebiscito sobre a emenda parlamentarista;

— da Câmara Municipal de Curitiba, PR, comunicando a inserção em ata de um voto de saudade e reconhecimento ao Dr. Getúlio Vargas pelo transcurso de mais um aniversário de seu falecimento;

— da Assembleia Legislativa de Sta. Catarina fazendo apelo no sentido da criação do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Empregados do Banco do Brasil;

— dos Universitários do Paraná manifestando-se contrários aos cortes de verbas com referência às Universidades;

— da Federação das Congregações Marianas de Curitiba, PR, manifestando-se contrária à infiltração comunista no País;

— da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Itajaí, SC, solicitando providências para amparo aos ex-combatentes;

— da Câmara Municipal de Carazinho, RS, fazendo apelo no sentido de que a exploração da Loteria Federal seja feita diretamente pelo Governo federal;

— da Câmara Municipal de Carazinho, RS, manifestando-se favorável à manutenção do sistema presidencialista;

— da Câmara Municipal de Flores da Cunha, RS, manifestando-se favorável à isenção do imposto de renda;

— da Câmara Municipal de Pedro Osório, RS, fazendo apelo para a

criação da Superintendência da Baixada Sul Riograndense;

— do Sindicato da Indústria da Construção Civil e Entidades Congêneres, de Porto Alegre, RS, solicitando atenção especial para o problema da habitação;

— da Câmara Municipal de Viadutos, RS, solicitando facilidades para aquisição de pequenas propriedades com diminuição do tributo da renda imobiliária.

Mensagens do Sr. Presidente da República:

Nº 76 (nº de origem 25), de 26 de fevereiro — Agradece a comunicação de haver sido aprovada a escolha do Diplomata Josias Carneiro Leão para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Indonésia;

Nº 77 (nº de origem 26), de 26 de fevereiro — Agradece a comunicação de haver sido aprovada a escolha do Diplomata Altamir de Moura para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Dominicana;

Nº 38 (nº de origem 27), de 26 de fevereiro — Agradece a comunicação de haver sido aprovada a escolha do Diplomata Arnaldo Vasconcelos para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Bolívia;

Nº 79 (nº de origem 29), de 2 de março — Agradece a comunicação da aprovação do voto presidencial ao Projeto de Lei nº 2.970, de 1961, na Câmara e nº 127, de 1967, no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1962;

Nº 80 (nº de origem 30), de 2 de março — Agradece a comunicação de haver sido aprovada a escolha do Diplomata Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo do Ceilão;

Nº 81 (nº de origem 31), de 2 de março — Agradece a comunicação de haver sido aprovada a escolha do Diplomata Maitry Gurgel Valente para a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Polónia;

Nº 83 (nº de origem 32), de 9 de março — Restitui autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 1961, sancionado, que estende aos servidores da Superintendência, do Serviço de Profilaxia da Lepra no Estado de Goiás, os benefícios das Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952 e 2.412, de 1º de fevereiro de 1955, dá outras providências;

Do Sr. Presidente do Conselho de Ministros:

Nº 2, de 1962 (sem nº de origem), de 27 de fevereiro — Comunica haver sido encaminhado à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste o Requerimento nº 18, de 1962, do Sr. Senador Afrânio Lages;

Nº 3, de 1962 (nº de origem 19), de 27 de fevereiro — Agradece a remessa de um dos autógrafos da Emenda Constitucional nº 5;

Mensagem nº 82, de 1962

(Nº 35, NA ORIGEM)

Senhores membros do Senado Federal:

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a designação que desejo fazer do Senhor Josué Apolônio de Castro para exercer a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961.

Os méritos do Senhor Josué Apolônio de Castro que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa ele-

vada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 13 de março de 1962. — João Belchior Marques Goulart.

CURRICULUM VITAE

Professor Josué Apolônio de Castro

1. Nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 5 de setembro de 1908. Doutor em medicina, pela Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil, em 1929. Doutor em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 1938. Cursou de post-graduação nos Estados Unidos, em 1930. Professor de Geografia Humana, da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, desde 1939. Diretor do Instituto de Nutrição, desde 1942. Membro do Conselho Universitário, da Universidade do Brasil. Deputado Federal. Presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome — ASCAFAM.

2. O professor Josué de Castro exerceu ainda as seguintes funções: Professor assistente de Fisiologia, da Faculdade de Medicina do Recife, desde 1932; Professor Catedrático de Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, do Recife, de 1933 a 1935; Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, do Recife, de 1933 a 1935; Professor de Antropologia, da Antropologia, da Universidade do Distrito Federal, de 1935 a 1938; Professor visitante das Universidades de Roma e Nápoles, em 1939, ministrando um curso de conferências, sobre "Alimentação e Aclimação nos Trópicos"; Organizador e primeiro Diretor do SAPS; Ex-Presidente da Comissão de Alimentação, da Coordenação da Mobilização Econômica, durante a guerra, nos anos de 1942 a 1944; Membro da Comissão Organizadora da Universidade do Recife; Presidente da Segunda Conferência Latino-Americana de Nutrição, reunida no Rio de Janeiro, em 1950; Ex-Presidente da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, FAO.

2. O Professor Apolônio de Castro é membro honorário e correspondente de várias associações dedicadas sobre esses assuntos, como: Prêmio da Associação Brasileira de Escritores (Geografia da Fome); Prêmio Franklin D. Roosevelt, da Academia Americana de Ciências Políticas (Geografia da Fome) — 1935; Prêmio Internacional da Paz — 1955; Contemplando com a "Grande Medalha da Cidade de Paris" Oficial da Legião de Honra da França.

4. O Professor Josué Apolônio de Castro tem os seguintes trabalhos publicados:

"O Problema de Alimentação no Brasil, Rio".
"Condições de vida das classes operárias no Recife". 1935.
"Salário mínimo". 1935.
"Alimentação e Raça". 1937.
"Documentário do Nordeste". 1937.
"Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana". 1937.
"Science et Technique". 1938.
"A festa das letras", em colaboração com Cecília Meirelles. 1938.
"Fisiologia dos Tabus". 1939.
"Geografia Humana". 1939.
"Geografia da Fome". 1946.
"Alimentação e Aclimação Humana nos Trópicos". Milão, 1939.
"Alimentação nos Trópicos" México, 1946.

5. O Professor Josué Apolônio de Castro, atualmente Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, é indicado para exercer a função de Chefe da Delegação do Brasil em Genebra. — Jorge d'Escagnelle Taunay, Chefe da Divisão do Pessoal.

AVISOS

Nº. 86, de 14 de março, do Sr. Ministro da Aeronáutica — Transmite o pronunciamento daquele Ministério, solicitado pelo Senado, sobre o Pro-

jeto de Lei do Senado nº 23, de 1959, que revoga dispositivo da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1.951; Nº. 199-B, de 2 de março do Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores — Comunica já haver sido encaminhado ao Senado o parecer do Consultor Jurídico daquele Ministério sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 39, de 1960, conforme cópia que remete;

OFÍCIOS

Do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, nºs 167, 163 e 168, respectivamente, comunicando haver aquela Casa aprovado emenda do Senado ao Projeto de Lei que concede pensões especiais a Maria do Amparo Medeiros arente e Lúcia Costa erlingeiro; e encaminhando autógrafo dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1962

(DE 1960, NA CÂMARA - Nº 1.534)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, nos nosocomios do Exército.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes de tratamento, ambulatório e hospitalização dos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, no decorrer de 1960, nos nosocomios do Exército.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1962

(Nº. 3.600, DE 1961 NA CÂMARA)

Determina marcação de preço de venda em mercadorias postas no comércio, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Ficam obrigados os produtores a fixarem nos produtos o preço de venda da mercadoria ao comércio.

Parágrafo único. A marcação deverá ter expressa o valor real da venda, não podendo ser usada a expressão "até" antes do valor declarado.

Art. 2º. Na regulamentação da presente lei o governo determinará no prazo máximo de sessenta dias, quais os produtos que, não podendo ser incluídos no artigo primeiro desta lei, deverão ter seus preços afixados nas sacarias, caixas, tambores ou outras embalagens.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Economia

O SR. PRESIDENTE:

Do Presidente do Grupo Brasileiro filiado à União Interparlamentar a Presidência do Senado recebeu expediente em que comunica a reunião, de 23 a 26 de abril próximo, em Roma, do Conselho Interparlamentar e pede a designação de quatro Senadores, a fim de integrarem, com os Srs. Senadores Filinto Müller e Ruy Palmeira — aquele como membro do Conselho e este como Vice-Presidente do

Grupo Brasileiro — a Delegação com que esta Casa do Congresso deverá concorrer para a representação brasileira.

O Sr. Primeiro Secretário procederà à leitura do expediente aludido.

É lido o seguinte

OFÍCIO

Of. nº 4-62

Brasília, 13 de março de 1962.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar, informo a V. Exª que se realizará entre 23 e 26 de abril próximo, em Roma, a Reunião do Conselho Interparlamentar.

2. Comunico, outrossim, na forma do Art. 24 do Regimento Interno deste Grupo, que diz: "O número de componentes da Delegação será fixado pela Comissão Executiva, dentro das possibilidades orçamentárias do Grupo", que a Comissão Executiva do Grupo fixou em 6 (seis) o número de representantes de cada Casa do Congresso.

3. Assim sendo e levando em consideração a obrigatoriedade da participação dos senhores Senadores Filinto Müller, na qualidade de membro do Conselho da União, e Ruy Palmeira, como Vice-Presidente do Grupo brasileiro, solicito a V. Exª, a designação dos quatro demais representantes do Senado.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de alta estima e distinta consideração. — Saturnino Braga, Presidente do Grupo brasileiro da União Interparlamentar.

O SR. PRESIDENTE:

Das Lideranças a Presidência recebeu as listas triplíces que deverão servir de base às designações a fazer.

São as seguintes:

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente

Tenho a honra de, em obediência ao Regimento do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar, apresentar a Vossa Excelência a lista triplíce para a escolha do representante do Partido Social Democrático que participará da Delegação do mesmo Grupo à reunião do Conselho da União, a realizar-se proximamente em Roma.

Senadores:

Gilberto Marinho.

Menezes Pimentel.

Alô Guimarães.

Atenciosas saudações — Benedito Valadares.

Of. 013-61-62 — UDN.

Brasília, 28 de fevereiro de 1962.

Excelentíssimo Senhor Senador Augusto Moura Andrade

MD. Presidente do Senado Federal

Na forma do artigo 23, parágrafo único, dos Estatutos do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, venho indicar a lista de nomes de Senadores, desta Bancada, dentre os quais escolherá Vossa Excelência o nosso representante na Delegação que irá à reunião do Conselho da União a realizar-se em Roma, no próximo mês de abril.

1 — Senador Irineu Bornhausen;

— Senador Zacharias da Assumpção;

3 — João Arruda.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta con-

sideração. — Senador Daniel Krieger, Líder da UDN.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 23, parágrafo único, da Resolução nº 9, de 1955, do Senado Federal, tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência a lista triplíce do P. T. P. para escolha do seu representante na Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Roma.

Lista triplíce:

Senador Fausto Cabral.

Senador Caiado de Castro.

Senador Arlindo Rodrigues.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 1962. — Senador Barros Carvalho, Líder do PTB.

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 23, parágrafo único, da Resolução nº 9, de 1955, do Senado Federal, temos a honra de submeter à alta apreciação de V. Exª a lista Triplíce dos Pequenos Partidos para a escolha do seu representante na Reunião do Conselho Interparlamentar, a realizar-se em Roma.

Lista Triplíce:

Miguel Couto.

Jorge Maynard.

Paulo Fender.

aa) — Jorge Maynard — PSP — Paulo Fender — MTR — Mem de Sô PL.

No uso das suas atribuições, a Presidência designa os Senhores Senadores:

Gilberto Marinho — do Partido Social Democrático;

Irineu Bornhausen — da União Democrática Nacional;

Fausto Cabral — do Partido Trabalhista Brasileiro e

Miguel Couto — dos Pequenos Partidos. (Pausa).

Ao terminar a sessão legislativa anterior havia três vetos presidenciais pendentes de solução, referentes às seguintes proposições:

— Projeto de Lei (nº 2.222-57 na Câmara e nº 13-60 no Senado) que fixa as diretrizes e bases da educação nacional;

— Projeto de Lei (nº 1.174-B-59 na Câmara e nº 75-61 no Senado) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado às obras e equipamentos da Escola Politécnica de Campina Grande, Estado da Paraíba.

— Projeto de Lei (nº 3.319-B-61 na Câmara e nº 1-62 no Senado) que torna extensivas aos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais disposições das Leis números 3.780 e 3.826, de 1960, e dá outras providências.

No primeiro caso, houve necessidade de se cancelar a sessão conjunta em que devia ter início o seu estudo, no dia 27 de fevereiro; nos dois últimos, a Presidência teve ensejo de comunicar ao Plenário que não marcaria desde logo as datas para sua apreciação, em virtude da impossibilidade de ser observado o prazo constante do art. 45 do Regimento Comum.

O primeiro veto compreende 26 itens de votação, o segundo e o terceiro, cada qual um item.

A Presidência, de acordo com os entendimentos que teve com a Mesa da Câmara, marca as sessões conjuntas para os dias 27 e 29 do corrente mês, 3, 5, 10, 12 e 24 de abril próximo, às 21 horas e trinta minutos.

Nas cinco primeiras deliberar-se-á sobre o primeiro veto; na última sobre os demais.

A fim de participarem das Comissões Mistas que deverão relatar o segundo e o terceiro, únicos sobre os

quais ainda não foi tomada essa providência, designa:

— quanto ao segundo, os Srs. Senadores:

Jarbas Maranhão — (PSD).
Afrânio Lages — (UDN).
Fausto Cabral — (PTB).

— quanto ao terceiro, os Srs. Senadores:

Paulo Coelho — (PSD).
Mourão Vieira — (UDN).
Barros Carvalho — (PTB).

— Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e deferido o seguinte:

Requerimento nº 61, de 1962

Senhor Presidente,

Requero, na forma regimental, que se oficie ao Ministério do Trabalho e Previdência Social no sentido de informar:

a) qual o montante das contribuições em atraso dos IAPs ao S.A.P.S. até dezembro de 1961, isoladamente por instituição;

b) se referidas autarquias estão satisfazendo pontualmente, este ano, o recolhimento das contribuições devidas ao S.A.P.S., na forma da lei;

c) caso contrário, indicar de maneira positiva, os motivos que preponderam sobre as procrastinações da assistência, devida pelo S.A.P.S. aos trabalhadores, permanentemente vítimas da incuria e irresponsabilidade dos dirigentes previdenciários.

Sala das Sessões em 16 de março de 1961. — Paulo Coelho.

O SR. PRESIDENTE:

Há oradores inscritos.

— Tem a palavra o nobre Senador Paulo Coelho.

O SR. PAULO COELHO:

— (Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente,

Nobres Senadores,

A marinha mercante nacional não vem acompanhando o desenvolvimento econômico-financeiro por que atravessa o Brasil nos últimos tempos.

O mesmo sucede, em relação aos portos arcaicos e deficiente, no revelar acentuada deficiência na execução dos serviços de sua exclusiva responsabilidade.

Outrora, possuía o Brasil uma desenvolvida e organizada frota mercante, que na época, com avolumada tonelagem, ainda assim, não satisfazia as necessidades de uma população, em proporção, quase metade da atual.

Os portos, com insignificantes melhoramentos introduzidos somente no Nordeste e Sul do País, permanecem com seus reduzidos armazéns antiquados e sem o aparelhamento, ainda que rudimentar, existente naquela remota época.

Há poucos anos, leis foram baixadas, instituindo a Taxa de Renovação da Marinha Mercante (TRMM) e Taxa de Melhoramentos dos Portos (TMP); entretanto, a respeito nada se sabe e nada se conhece de positivo e de concreto com referência à aplicação de seu montante, a não ser em planejamentos e nada mais.

O estado de insolvência em que se encontra a marinha mercante, desde longa data, tem sua base e seu fundamento, exclusivamente, na falta de diretriz do competente órgão governamental. Acontecendo o mesmo, quanto à precária situação dos portos nacionais, embora pertinente a outro setor também inoperante da pública administração.

A par desses fatores deve-se ainda o aniquilamento da marinha mercante aos pesados ônus e encargos determinados pelo governo federal, consequentes da improvisação e incapacidade do órgão a que compete a sua orientação e supervisão.

Concorre, igualmente, para o esfacelamento da marinha mercante o in-

desmentível e lastimável desaparecimento dos portos, em consequência da falta de assistência dos órgãos técnicos do governo, sem a fiscalização estabelecida em preceitos legais, notadamente quando em jogo interesses de entidade particular concessionária de porto, como sucede na Capital do meu Estado.

O Amazonas, meu berço natal, como toda a Amazônia, vive, cada dia que passa, apenas sequeiro de ser o Eldorado descrito em célebres lendas.

Governos passam, governos se sucedem e o legendário Amazonas resiste aos engodos, e permanece confiando em tôdas as promessas mirabolantes, embora não deixando de ser o Amazonas esperançoso de dias melhores para sua sofrida gente.

Mantém o governo da União várias empresas de navegação, explorando cumulativamente os ramos de:

- a) longo curso;
- b) cabotagem;
- c) fluvial;
- d) lacustre;
- e) estaleiro.

O ideal seria possuir um única, dotada de superintendências de:

- a) longo curso;
- b) cabotagem;
- c) fluvial;
- d) lacustre;
- e) estaleiro.

Com essa providência, caso tomada, evitar-se-ia o acúmulo de administração, isto é, um diretor ou dirigente comissionado para cada empresa governamental; ficariam reduzidos os pesados ônus que tanto sobrecarregam o orçamento da União.

No atual sistema, permanecem as empresas de navegação estatais em situação deficitária, vivem mantidas de subvenções astronômicas, em pé de igualdade às concedidas às empresas particulares. E o tesouro público a financiar indefinidamente, como resultante da desorganização e falta de orientação do órgão controlador, disciplinador e fiscalizador, Comissão de Marinha Mercante. Não são elaborados planos no sentido de fazer cessar os assestos prejuízos que pesa sobre a União com reflexos diretos para o povo em geral, que sofre pela inoperância da autoridade responsável pela fiscalização das atividades marítimas; e não se providencia no sentido de extinguir de sua ómbra o pernicioso grupo que manobra, anda e despanda em nome do seu dirigente maior. Bastaria, para tanto, como medida saneadora inicial, reformular o sistema de comandamento ou deliberação da Comissão de Marinha Mercante, impedindo-se o predomínio de elementos que o utilizam no jogo dos seus interesses particulares.

Não há estudos no sentido configurado e muito menos quanto à incorporação das empresas estatais em uma única e, se existem, resultados práticos e positivos não aparecem eternizam-se em poder de "estudiosos" interessados comprovadamente no aniquilamento de tais empresas de navegação.

O meu Estado, o abandonado e esquecido Amazonas, como já referi, vive de promessas e esperanças infundáveis, não sendo lembrado pelos Governos que se sucedem na União.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. PAULO COELHO — Com prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — V. Exa. está focalizando assunto da mais alta importância para a região amazônica qual seja o do desaparecimento dos nossos portos e a deficiência da navegação em outras regiões, o que dificulta não só a importação como também a exportação de matérias-primas. Foi informado recentemente de que o Estabelecimento Rural de Tapajós, Município de Santarém, no Pará, produz grande quantidade de látex que

é enviada para São Paulo. Diante, entretanto, da dificuldade de transporte para os mercados do Sul, a remessa do produto fica prejudicada, bem como os produtores, que se vêem na contingência de receber o pagamento da mercadoria com atraso com evidente prejuízo para aquela região produtora da borracha de que tanto carece o nosso País.

O SR. PAULO COELHO — Muito obrigado pela cooperação de V. Exa.

Poucos e raríssimos são os navios que importam à sua Capital, Manaus e seus portos principais: Itacoatiara e Parintins. Ainda assim, quando tal ocorre, nestes últimos, escalam apenas navios das empresas estatais, omitindo-se mais uma vez a Comissão de Marinha Mercante, quando não determina escala de navios particulares nos portos compreendidos entre Manaus e Belém porque sobre serem portos deficitários, por isso mesmo e na razão disso, são reservados para os navios do Governo Federal, pela citada Comissão que, pela mesma cúpula cu grupo escuso já mencionado, prima por deturpar suas elevadas finalidades. Tal privilégio é concedido pela Comissão de Marinha Mercante aos navios particulares que não são obrigados a conduzir cargas de importação para os portos compreendidos entre as capitais referidas. Entretanto, tal critério não é adotado quanto à exportação de bons produtos, na escala de regresso, entrando em concorrência os navios particulares, interessados nos fretes compensadores que superam os prejuízos sofridos pelos navios das autarquias, quando na viagem de subida conduzem importação onerosa para os referidos destinos. E o próprio governo, por intermédio da Comissão de Marinha Mercante, aniquilando as suas autarquias, em benefício de grupos de empresas particulares, interessados na extinção das empresas estatais.

Quando saliento o abandono do Amazonas, enquadrando toda a abandonada Amazônia, região completamente desprovida de transportes, a despeito de seus caudalosos rios desafiam os responsáveis pelos destinos do Brasil.

Há longos e intermináveis anos, o Amazonas clama por navios transportadores de gêneros alimentícios. E o seu grito não encontra eco ou ressonância, pois que desaparece na voragem do tempo, à semelhança da tumba que sempre nos escapa das mãos. Em consequência, fica a praça desprovida de gêneros, principalmente alimentícios, entrando em ação elementos insaciáveis na extorsão, abusando da lei da oferta e da procura, com acentuada gravame para o bolso de meus conterrâneos, já esmagados pelos graves problemas e dificuldades que enfrentam, sem o conforto geralmente desfrutado em outras regiões brasileiras.

O hinterlandiano sofre e o responsável pelo seus sofrimentos é o Governo da União, pela incuria de seus auxiliares, que não proporcionam meios adequados à sua sobrevivência.

E é para o atual Governo da União, em quem ainda assim confiam os amazonenses, que me dirijo desta tribuna, formulando veemente e patriótico apelo, no sentido de acudir, conforme as sugestões abaixo, o maior Estado da Federação: em território, em pobreza, em abandono e nas necessidades de seu povo exausto de sofrer:

1) promova a unificação das empresas de navegação estatais, dotando-as de navios capacitados ao atendimento de transportes de gêneros;

2) adote meios capazes e imediatos de reaparelhar os portos, objetivando rápida descarga e carregamento de navios;

3) determine rápido e permanente abastecimento da região Amazônica,

em proporções que visem ao barateamento do custo de vida;

4) ordene escala de navios nos portos compreendidos entre Belém e Manaus, exterminando-se o regime de favoritismo atualmente em vigor na Comissão de Marinha Mercante;

5) determine ao órgão competente fiscalize os serviços do concessionário do porto de Manaus, extinguindo os processos de engodo utilizados, quanto ao mecanismo em prática, no que tange ao pagamento de salário-fome sem tonelagem para os portuários de Manaus, com reflexos prejudiciais também para os estivadores e empresas de navegação;

6) exija da autoridade competente que obrigue o concessionário do porto de Manaus a trabalhar durante tôdas as noites, bem como domingos e feriados, sabido que tal entidade, no expediente noturno, trabalha somente até as 23 horas, paralisando os serviços nos domingos e feriados, com acentuado prejuízo financeiro para os portuários, estivadores e empresas de navegação.

Estas, Senhor Presidente e nobres Senadores as razões que me levam a ocupar a tribuna desta Augusta Casa: fazer sentir ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Governo da República as mais prementes necessidades que afligem a minha espolida terra, certo e convicto de que minhas palavras merecerão acolhida, pela delegação que me foi confiada pelos meus conterrâneos, os quais atestam os malefícios causados aos trabalhadores e mais e mais assinalados prejuízos às empresas de navegação com reflexos portuários para economia de meu Estado e da própria União. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Nacional, que tenho a honra de chefiar no Brasil, acaba de encerrar a sua 1.ª Convenção Nacional Extraordinária de 1962, realizada em Brasília.

Passou despercebido, para muita gente, inclusive nos meios políticos, esse conclave petenista. No entanto, ali ocorreu um fato singular na vida político-partidária brasileira, que virá a marcar, com o tempo, uma nova etapa em nossa evolução política.

A Convenção petenista aprovou um manifesto doutrinar, definindo uma Ideologia Nacional Trabalhista. Pela primeira vez, em nossas histórias, um partido democrático define uma doutrina, toma uma posição ideológica, apresenta um corpo de idéias fundamentais e resolve lançar-se à sua pregação. Dos velhos e habituais Programas rotineiros, lacrimosos, apenas para efeito de registro eleitoral, passa-se para concepções básicas a respeito do Homem, da Vida e da Sociedade. É uma revolução nos quadros partidários nacionais.

Até agora, somente possuíam uma Filosofia Social, os partidos totalitários — Comunismo e Nazi-Facismo. Integralismo, daí sua organicidade e seu poder de sedução diante do meio ideologicamente desorientado. Agora, o PTN vem provar que a Democracia, também, pode e deve ter definições doutrinares sobre os problemas que interessam ao homem, em geral, e aos brasileiros, em particular.

O Manifesto aprovado na histórica Convenção petenista apresenta um novo Trabalho, baseado numa concepção intencionalista da vida e na Dialética marxista. É um documento que tem suas raízes na Antropologia Cultural mais moderna e tem inspirações nas correntes filosóficas contemporâneas, mais fecundas e atuais: Fenomenologia, Axilogia, Personalismo e Existencialismo espiritualista. O Manifesto con-

cul com a idéia de uma Civilização do Trabalho.

Seja qual for a atitude que se possa tomar, ante a doutrina Nacional Trabalhista que surge, é forçoso reconhecer que se trata de uma atitude nova em nossa vida política e que vem ao encontro dos reclamos gerais da opinião pública.

Era, Sr. Presidente, o que eu desejava dizer. (Muito bem! Palmas).

C SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumprimos a comunicação que fez ao Senado o nobre colega Senador Lino de Mattos sobre a Convenção do Partido Trabalhista Nacional, que se vem de realizar. Acausa S. Ex.^a para a democracia brasileira com o que classifica de filosofia trabalhista a constituir a alma do Partido Trabalhista Nacional.

Aplaudimos, desta tribuna, os nossos correligionários trabalhistas porque, sendo a causa uma só — Partido Trabalhista Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Movimento Trabalhista Renovador e ainda outros Partidos que possam ter na sua sigla, o trabalhismo — a condição de correligionários subexiste.

O Partido Trabalhista Nacional espousou uma filosofia de trabalho que é, sem dúvida, normativa para suas atividades mas que há, necessariamente, de enquadrar-se no esquema geral do trabalhismo onde quer que ele exista.

Hoje, Sr. Presidente, trabalhismo e nacionalismo se confundem e a bandeira nacionalista tem sido, neste País, desfraldada por homens que não temem consequências e que se dedicam à causa com muito patriotismo, sem embargo de inquinações suspeitosas a respeito de idéias que não possuem.

Ainda há poucos dias, lemos em um dos principais jornais da antiga Capital da República, se não me engano o "Correio da Manhã", um protesto formulado pelos homens todopoderosos da conhecida instituição antinacionalista que se chama Associação Comercial do Rio de Janeiro.

O Presidente dessa entidade, Sr. Ruy Gomes de Almeida, que está a toda hora na televisão, no rádio e na imprensa bem pagos a fazer alarde da sua condição de homem de direita e de defensor das direitas, manifesta, no citado documento, estar a Associação Comercial do Rio de Janeiro, órgão ingênuo e cômico dentro da conjuntura econômica, política e social brasileira — estarecida, simplesmente estarecida diante da atitude viril, patriótica e nacionalista do Ministro Gabriel Passos, ao decretar princípios normativos que estava a exigir, sem mais delongas, a economia brasileira, para exportação do minério de ferro.

Diante do pronunciamento das chamadas direitas brasileiras, que surgem no relevo político com ameaças, entre estas a de que estão ameaçando fundos para constituir o que chamam um Congresso democrático, como se não se inserisse na pauta da Democracia mais legítima o trabalhismo ou o nacionalismo. Estão essas forças de direita assim procedendo e, portanto, merecendo que os patriotas, de centro ou de esquerda mas patriotas brasileiros, venham opor sua contradição, venham dizer-lhes que estamos arrefimados para a luta política que se travará em outubro próximo e da qual há de resultar um Congresso, como se espera e como não se poderia deixar de esperar, simplesmente democrático, porque o regime que vive no Brasil é o democrático! E este Congresso é democrático tan-

to quanto os que mais o sejam. Têm, por conseguinte, pleno cabimento e plena oportunidade as palavras que acabamos de ouvir do nobre Senador Lino de Mattos, quando dá contas à Nação e ao mundo democrático da notável Convenção Nacional que acaba de realizar seu Partido, pelo que ofereço, desta tribuna, as congratulações do Movimento Trabalhista Renovador.

Outro assunto, Sr. Presidente, que me traz a esta Tribuna, e muito contra meu feitiço, é o de render homenagem a um colega dos mais eminentes desta Casa. Mas rendo esta homenagem menos a S. Ex.^a do que ao exemplo que tem dado entre nós de quanto pode o Congresso Nacional, através da atuação de qualquer dos seus membros.

Refiro-me ao nobre Senador Gilberto Marinho, e passarei a ler para o Senado, a fim de que seja consignado em nossos Anais, o que sobre S. Ex.^a disse, no "Correio da Manhã", edição do dia 11 de março transato, o ilustre jornalista All Right, na sua festejada coluna:

"REELEIÇÃO QUE SE IMPÕE

Foi lógica a resolução do PSD local pela reeleição de Gilberto Marinho para o Senado Federal.

Trata-se, realmente, de um representante que tem sabido desempenhar o mandato a contento de quantos o elegeram há oito anos. Sempre na estacada em defesa dos interesses do hoje Estado da Guanabara, jamais se olvidou, igualmente, das reivindicações do povo carioca. Estão aí os Anais para comprovar essa asserção.

Não há uma só conquista desta unidade nacional e dos seus habitantes, nesses oito anos de senatária desse sempre jovem político militante, que não tenha passado por suas mãos. É um trabalhador atento aos seus compromissos e que, inevitavelmente, desfrutou de gerais simpatias. Digo gerais, porque, candidato do PSD, a verdade é que dispôs de votos de todos os partidos. Para a sua eleição em 55, como se sabe, muito contribuiu a UDN, não tendo motivos de arrependimento, pois, no exercício do mandato, sempre que estava em causa o interesse do povo carioca, jamais se deixou levar pela discriminação partidária.

Conhecendo bem a índole de nossa gente, Gilberto tem se portado de tal forma, que não constitui nenhum favor apontá-lo como um verdadeiro, autêntico representante desta heroica cidade. O PSD, portanto, fez bem apontando-o a reeleição. É um candidato de todos, cuja vitória não tenho nenhuma dúvida em vitorejar desde já, tal é a repercussão favorável que tem merecido nos diversos setores das atividades sociais desta metrópole.

No decorrer do ano passado, foi o senador que mais ocupou a tribuna e seus discursos se caracterizaram pela objetividade, devendo-se ressaltar a sua luta pela conquista de verbas, no Orçamento, para serviços neste Estado, que o governo federal, ao rebrar-se daqui, deixou no mais cruel abandono. Até hoje, com efeito, decorridos praticamente dois anos da mudança, às canceladas, da Capital da República para a solidão do Planalto, a cidade invicta não teve o menor auxílio do antigo hóspede, enquanto para outros Estados a ajuda federal nunca deixou de funcionar. O Rio tem vivido como pode, das suas próprias rendas, com dificuldades mil, inclusive durante os sete meses de Jânio, que muito prometeu mas acabou não

fazendo coisa alguma. Gilberto Marinho mais de uma vez focalizou a situação em seus discursos. Por estas e outras é que sua reeleição se impõe.

Provavelmente haverá outros candidatos, porém duvido que apareça algum com a soma de serviços por ele prestados a esta terra. O eleitorado está ciente disso, e saberá dar o seu voto a quem, de fato mereça.

All Right"

Sr. Presidente, como disse de início, nesta segunda parte da minha oração, não é o nobre Senador Gilberto Marinho que está em causa, — é o Senado da República, é o reconhecimento público de quanto pode um parlamentar, nesta Casa; de quanto, pela vigilância e pelo interesse em torno dos assuntos da terra que representa, pode fazer dentro do Congresso democrático que aí está, porque S. Ex.^a, o eminente Senador Gilberto Marinho, a quem não tem faltado o modesto concurso dos meus apares quando profere aloquções nesta Casa, às vezes concordando — e estas em maior número — às vezes a contragosto discordando de S. Ex.^a, tem sido, é forçoso reconhecer-se, um parlamentar atento que eleva o nome do Senado da República...

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO FENDER — ... e será de toda justiça sua recondução a esta Casa, porque S. Ex.^a é um exemplo de democrata, trabalhador e eficiente.

O Sr. Lima Teixeira — Muito bem.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite o nobre orador um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Tenho a honra de concordar o aparte ao nobre Senador Lima Teixeira. Logo após ouvir com prazer o ilustre Senador Heribaldo Vieira.

O Sr. Lima Teixeira — Tem mais valor o comentário, porque não se trata somente de um observador, da pessoa que não tivesse contato com esta Casa. O artigo que V. Ex.^a acaba de ler é de autoria de Aderson Magalhães, antigo funcionário do Senado Federal, que acompanhava atentamente os trabalhos parlamentares. O depoimento por ele prestado a respeito das atividades do Senador Gilberto Marinho, é, realmente, muito justo.

Esse nobre eminente colega, temos de reconhecer, entre muitos nesta Casa, tem sido um batalhador na defesa dos interesses do Estado da Guanabara e no instante em que S. Ex.^a se candidata à renovação do mandato, é natural que aqueles que convivem com S. Ex.^a nesta Casa e acompanham o trabalho perizem e constante dêsse ilustre representante da Guanabara, manifestem também sua solidariedade às expressões e conceitos emitidos pelo Sr. Aderson Magalhães que representa, não há negar, um preito de justiça a quem, realmente, faz jus à sua recondução a esta Casa.

O SR. PAULO FENDER — Agradeço a solidariedade de V. Ex.^a. Tenho a honra agora de ouvir o nobre Senador Heribaldo Vieira.

O Sr. Heribaldo Vieira — Nobre Senador, pedi venia para intervir no discurso de V. Ex.^a...

O SR. PAULO FENDER — Com muita honra para mim.

O Sr. Heribaldo Vieira — ... para dar depoimento pessoal sobre o nobre Senador Gilberto Marinho. S. Ex.^a é um dos Senadores mais ativos desta Casa e dos mais interessados na defesa de tudo que diz respeito ao Estado da Guanabara; mas a operosidade incansável do Senador Gilberto Marinho não objetiva apenas aos interesses da Guanabara; tudo o que diz respeito ao federalismo público do País, tudo o que diz respeito aos

interesses do Brasil, em qualquer dos seus quadrantes, encontra sempre um advogado pertinaz, constante, dedicado, inteligente na pessoa do ilustre representante da Guanabara. Acresce que o Senador Gilberto Marinho, além dessa operosidade, tem para dominar seus companheiros no plenário e obter deles a solidariedade, a simpatia pessoal, a bondade cativante que caracteriza sua personalidade, fazendo com que cada um dos Senadores esteja sempre pronto a levar sua ajuda aos seus magníficos esforços em prol do Estado que representa e do País, de que ele é um dos representantes maiores.

O Sr. Paulo Coelho — Muito bem.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado Senador Heribaldo Vieira, que trouxe palavras cintilantes na solidariedade que dá ao modesto relato que fiz das atividades do meu ilustre colega e que está se transformando numa consagração a S. Ex.^a.

O Sr. Sebastião Archer — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com muita honra.

O Sr. Sebastião Archer — Quero declarar a V. Ex.^a que a Bancada do Maranhão está solidária com os conceitos emitidos por V. Ex.^a sobre o Senador Gilberto Marinho, a quem felicito pela simpatia, pelo trabalho e pelos esforços com que vem agindo nesta Casa, desde longos anos.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Ex.^a por esta contribuição preciosa ao reconhecimento do mérito do Senador Gilberto Marinho que, nesta Casa, representa não só o Estado da Guanabara mas o Brasil, porque — como bem disse o nobre Senador Heribaldo Vieira — S. Ex.^a está atento a todos os problemas nacionais como figura das mais atuantes deste Plenário.

Sr. Presidente, a consagração em que se está transformando a pequena homenagem que vinha prestando ao meu nobre colega, envolve todo o Senado da República, porque demonstra neste Congresso democrático o quanto pode fazer qualquer de nós, Senadores, pelo Brasil e pelas Unidades federativas que aqui representamos.

Está de parabéns esta Casa com o destaque que acaba de merecer a atuação do representante carioca, atuação que desluzo da pessoa de S. Ex.^a, que despersonalizo para atribuir a todo o Parlamento brasileiro que com ele se confunde no merchimento e na atuação constante em que coloca o espírito frente às colas do Brasil.

O Sr. Guido Mondin — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PAULO FENDER — Com muita honra.

O Sr. Guido Mondin — Sou dos que se alegrem quando ouve, vê e assiste a manifestações tendentes a exaltar o merecido, o bem, o verdadeiro, o exato. Este é um desses momentos. Quero, por isto, em meu nome e no do nobre Senador Paulo Coelho, solidarizar-me com o elogio puro que V. Ex.^a faz à atuação do nosso prezado colega, Senador Gilberto Marinho. Como membro da Mesa, tenho talvez mais oportunidade de nele observar um dinamismo em constante ação. O Senador Gilberto Marinho é dos que não rejeitam esforços para agir. Ele se completa em si mesmo, na sua capacidade de atender e atentar para tudo que diz respeito à atividade de um Senador que cumpre, integralmente, o seu mandato. Isto faz bem — faz bem ver, faz bem ouvir. Neste instante em que V. Ex.^a rende esta homenagem, inesperada mas tão me-

recida, ao Senador Gilberto Marinho, todos nós, seus colegas, congratulando-nos com esta manifestação, declamos que, para nós, este é um instante feliz, nesta tarde.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado às palavras sinceras, justas e repassadas, como era de se esperar, de poesia do nobre Senador Guido Mondin, em apoio à homenagem que se presta ao Senador Gilberto Marinho.

E' realmente uma felicidade, Sr. Presidente, para o Estado da Guanabara, contar, na alvorada da sua institucionalização jurídico-política, com um Senador do vulto do Senador Gilberto Marinho. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, por cessão do nobre Senador Lobão da Silveira.

O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, li há poucos dias na imprensa norte-americana comentários nada abonadores ao governo do Brasil. E esses comentários provêm do fato de haver o Governador do Rio Grande do Sul, engenheiro Leonel Brizola incorporado a Companhia Telefônica, que é de capitais norte-americanos. Há um fato que vale ser registrado: o Senado norte-americano, através de um dos seus representantes fizera um comentário em que colocava o nosso País numa posição de subalternidade da qual nós não nos conformamos.

Nos comentários feitos em torno daquela encampação, o representante norte-americano manifestou-se pela suspensão de quaisquer empréstimos, especialmente ao Brasil e aos países que não respeitassem os investimentos ianques.

Sr. Presidente, tive sempre oportunidade de salientar, nesta Casa, a aliança Brasil-Estados Unidos que todos prezamos. Sou, pois, insuspeito para, desta tribuna, menos porquê entenda que esses comentários veiculados na imprensa norte-americana representem o pensamento do povo amigo, de feudar meu ponto de vista, neste momento. Somos um País soberano e, dentro das leis que nos regem, nada impede o Governo, seja o federal, sejam os estaduais, de interferir em qualquer companhia estrangeira que fuja das normas, em que as enquadra a própria legislação nacional.

Em tempo, o Presidente John Kennedy — e até por coincidência no instante em que o Presidente João Goulart vai visitar o País amigo — antecipou-se em pronunciamento dos mais judiciosos e justos ao nosso País e ao nosso Governo. Referindo-se aos comentários feitos no Senado dos Estados Unidos da América do Norte sobre o assunto, o Presidente americano aconselhou aqueles parlamentares a volverem suas vistas para o mapa do mundo, o que os levaria a reconhecer a importância do Brasil no conjunto das Nações.

Este fato foi salientado num artigo muito judicioso do jornal "O Globo", do qual destaco alguns comentários, porque se ajustam perfeitamente à nossa índole e à nossa independência. O pronunciamento do grande vespertino é isento de paixões, pois sabemos que o Governador Leonel Brizola é

por ele muito criticado. Analisando os fatos com absoluta isenção de ânimo, "O Globo" salienta, sobretudo, a posição do Brasil, que realmente deve estar diante dos acontecimentos narrados.

E' o seguinte o artigo a que me refiro:

(Lendo)

"As veementes declarações feitas pelo Presidente dos Estados Unidos a respeito do nosso país, contrariando a proposta apresentada por um senador republicano a fim de que fosse cortada a ajuda econômica ao Brasil, como represália ao ato do Governador Leonel Brizola tentando expropriar por pouco mais do custo histórico os bens da Companhia Telefônica Nacional, de Porto Alegre, que é subsidiária de uma empresa norte-americana, valem pelo reconhecimento do que representamos perante homens públicos da categoria do mais alto magistrado da grande democracia do Norte.

Kennedy não se limitou a uma negativa formal. Homem de larga visão e de aguda sensibilidade política, disse aos jornalistas: — "Olhem para o mapa e se compenetrarem da vitalidade do Brasil".

Esse reconhecimento não nos enche de fatuidade, porque certamente o merecemos. E os laços de amizade interessam tanto a nós quanto a eles. Não nos fazem nenhum favor em colaborar para o nosso desenvolvimento e para o êxito sócio-econômico desta nação. Países do talhe do Brasil, por sua potencialidade, pela capacidade de seu povo, por sua unidade espiritual e cívica, por sua tradição nacional, podem — é o que nos acontece — atravessar dificuldades e crises, mas não constituem peso morto na vida do continente e do mundo.

Ao contrário, já beiramos as imediações em que se situam os grandes da terra.

Abandonar-nos nesta altura seria um erro maior para eles do que mesmo para nós. Aliás, cada dia que passa mais se afirma a noção da interdependência entre os Estados. Essa idéia proclamou-a, em 1936, falando aqui à Câmara dos Deputados, o Presidente Franklin D. Roosevelt. E a guerra posterior e suas consequências tornaram ainda mais acentuado o grau daquela interdependência. Basta ver a Europa Ocidental que caminha a passos rápidos para unificar-se, sem quebra das soberanias locais.

Ora, constituiria uma autêntica loucura se os Estados Unidos se atrevessem a tentar submeter-nos a um castigo ou relegar-nos ao abandono só porque o Governador de um dos nossos Estados praticou um ato contrário aos preceitos da equidade e às regras da boa vizinhança. Ademais disso, o processo da expropriação ainda se acha *sub judice*, sendo precipitado e injusto culpar desde já o Brasil pelo ocorrido. Tanto mais quanto o Governo Federal não deu mão forte ao dirigente gaúcho e, embora com discrição, sem ferir desnecessariamente melindres políticos ou suscetibilidades pessoais, busca encontrar a fórmula que atenda às reclamações, desde que procedentes.

Trata-se, pois, de um simples episódio no curso de quase século e meio de ótimas relações.

Kennedy, em suas declarações, nada omitiu: "E' essencial não perder o senso das proporções e não prejudicar os interesses vitais

do Brasil, que são também os dos Estados Unidos." E com a mesma linha de equilíbrio, juntou: "Nada poderia ser mais insensato do que tentar conseguir a aprovação de um projeto dessa natureza."

Não vingarão, assim, os propósitos divisionistas perseguidos por alguns políticos norte-americanos e de outros nossos compatriotas.

A hora é de estreita cooperação entre as Repúblicas deste hemisfério. Urge colmatar a pequena brecha que nossa diplomacia tentou alargar com sua inexplicável conduta em Punta del Este.

O Presidente Kennedy pôs um ponto final no debate. O tempo fará o resto."

Sr. Presidente, são comentários judiciosos, pois defendem os foros de soberania do Brasil com a mesma independência com que estamos acostumados a defender os interesses de nossa Pátria.

Não esmolamos recursos e o Presidente Kennedy bem o compreendeu, vindo em nossa defesa.

Aliás, já o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao recusar, certa feita, proposta de empréstimo do Fundo Monetário Internacional, acentuou não aceitá-lo por não se ajustar à nossa soberania.

Precisamos de auxílio, é verdade — e a Aliança para o Progresso foi criada justamente com essa finalidade — mas temos de resguardar, sobretudo, a dignidade nacional e os nossos foros de Nação independente e soberana.

Faço estes reparos no Senado da República do Brasil, em contradição aos comentários do Senador Republicano no Senado dos Estados Unidos da América do Norte.

Fico satisfeito ao verificar que o Chefe da Nação amiga antecipou-se na nossa defesa e colocou nos justos termos e nas justas proporções o incidente que, felizmente, foi sanado sem que fosse necessária atitude mais enérgica. Em tempo, o Presidente americano, dando provas do respeito e do acatamento que merecemos daquele País, encerrou a questão.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que desejava fazer, até porque julguei necessário, no instante em que o Presidente João Goulart viaja para os Estados Unidos da América do Norte, em visita de cortesia, aprêço e simpatia a esse País, que nós outros tanto admiramos pelo seu progresso, pelas suas atitudes, pela grande força espiritual desenvolvida e, também, pela grande peléja que manteve e de que nós também, compartilhamos em defesa da Liberdade e da Democracia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a hora do Expediente.

Não há matéria para a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Barros Carvalho.

O SR. BARROS CARVALHO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, quero agradecer deste Flebário, a minha recondução na liderança da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. Faço-o, desvanecido e até orgulhoso, pois é altamente honroso merecer de homens tão dignos, tão capazes, tão operosos e tão conscientes de sua responsabilidade, a primazia dessa liderança.

Tive ensejo, Senhor Presidente, de elaborar e ler na reunião da bancada, realizada no dia 10 deste mês, a síntese do relatório dos trabalhos da bancada e devo informar, de público, no cenário, mesmo, de nossas ativi-

dades, para bem justificar o conceito que todo o Senado faz da bancada trabalhista, uma pequena estatística de suas atividades em 1961.

Valendo-me dos dados que enriquecem o relatório da Mesa Diretora desta Casa, conclui-se que, dos 1.253 discursos, aqui proferidos, mais de um terço deles, sejam 461 o foram por Senadores trabalhista; dos 781 pareceres sobre projetos de lei, lidos nas diversas comissões técnicas, 228 foram da lavra dos Senadores do meu Partido. Eles, ainda, apresentaram 14 projetos de lei e 3 substitutivos e 2.193 emendas às várias proposições oriundas da Câmara dos Deputados. E a nossa Secretaria expediu, para todo o país, no decurso da 3ª legislatura, 5.128 ofícios, cartas e telegramas sobre consultas, sugestões, emendas, andamento de projetos, pedidos de colocação, etc.

O rendimento de nossos trabalhos justifica o conceito de que desfruta a bancada, a confiança que inspira aos nossos correligionários, cumprindo-me, por isto mesmo, assinalar o meu desvanecimento e até o meu orgulho, em haver cooperado, modestamente é verdade, como simples Senador e como Líder, ao lado de tão dignos colegas para a consecução dessa produtividade.

E o que desejava dizer, Senhor Presidente, com os agradecimentos mais sinceros a Vossa Excelência, à Mesa Diretora, aos dirigentes administrativos da Casa e aos bons funcionários pela cooperação sempre exata, pela sempre pronta ajuda que nunca nos regataram. — (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o telegrama que estou recebendo por certo estará sendo recebido também por outros Senhores Senadores. O apelo que ele me traz, não é novo. Há mais de ano, pelo menos, venho recebendo apelos idênticos, não apenas do meu Estado, o Rio Grande do Sul, mas de inúmeras outras unidades da Federação. O telegrama se refere ao fato de que os recenseadores, particularmente os que atuaram no censo de 1960, o último levantado no País, até hoje não receberam um centil por esse seu trabalho.

A respeito do censo de 1960, e hoje maior conhecimento dos seus resultados, estamos em março de 1962, não temos do censo por algumas publicações esparsas, não nos fornecendo elementos, principalmente a nós Congressistas, para argumentarmos, em nossa discursos, sobre este ou aquele problema brasileiro.

No caso particular dos recenseadores, parece-me que está mais do que na hora de ser providenciado o pagamento pelo seu trabalho. Não sei quem o fará, se o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ou o Ministério da Fazenda, mas alguém deverá fazê-lo. Não é possível que os recenseadores e quantos fizeram o recenseamento de 1960 fiquem sem a justa retribuição do seu trabalho.

Veículo o pedido apenas para juntá-lo a reclamações já feitas, mesmo porque acredito que algum pedido de informações já terá sido apresentado por outro Senador, no sentido de saber que por até hoje não se fez esse pagamento.

Isso, a seguir, o telegrama que me endereçou o recenseador Sr. Paulino Alves, da Cidade de Santo Angelo, no meu Estado:

"Senador Guido Mondin,

Senado Federal, Brasília.

Solicito a intervenção de V. Ex.ª em Plenário, exigindo o imediato pagamento aos recensea-

dores que continuam esperando receber o pagamento de seus trabalhos, desde 1960, o qual tem sido sempre protelado sob várias desculpas inaceitáveis. O Prefeito bem como as Associações de Classe e os recenseadores inclusive o signatário deste telegrafaram ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro/Ministro em fevereiro último.

Outras Comunas tomam idênticas providências em virtude do descaso com que é tratado este assunto do interesse de modestos patricios.

a) Paulino Alves".

Assim, Sr. Presidente, já não falei sobre a falta de dados ou o desconhecimento, só não completo quase total, dos dados colhidos no censo de 1960, para desejar que pelo menos dele não resulte este aspecto, que classificarei de doloroso, de não se ter pago, até hoje, aos recenseadores que atuaram naquele levantamento.

Por isso, nesta rápida intervenção, junto meu apelo a quem de direito, a autoridade responsável para que, de imediato, providencie verba a fim de serem pagos os recenseadores que atuaram no levantamento demográfico realizado em 1960. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. (Pausa).

Há, sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO

Em 10 de março de 1962

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o artigo 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do território nacional a partir do dia 12 do corrente.

Atenciosas saudações. — *Alô Guimarães.*

OFÍCIO

Em 10 de março de 1962

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, de acordo com o artigo 38 do Regimento Interno, que me ausentarei do território nacional a partir do dia 13 do corrente.

Atenciosas saudações. — *Afonso Arinos de Mello Franco.*

O SR. PRESIDENTE:

Os ofícios irão à publicação.

Há, ainda, uma comunicação a ser feita ao Plenário.

Determina o Regimento, no § 1.º do art. 73, que nas 48 horas subsequentes à instalação da sessão legislativa, os líderes entregarão à Mesa as listas dos Senadores que representarão as respectivas bancadas nas Comissões Permanentes.

A Presidência registra, com satisfação, que essa providência já foi tomada. As listas entregues vão se lidas.

São lidas as seguintes:

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acordamos em que as sobras existentes nas Comissões sejam adjudicadas na forma abaixo:

Comissão de Finanças
— à União Democrática Nacional;
Comissão de Constituição e Justiça
— uma à União Democrática Nacional e a outra ao Partido Libertador;
Comissão de Economia
— à União Democrática Nacional;
Comissão de Legislação Social

— ao Partido Trabalhista Brasileiro;
Comissão dos Projetos do Governo
ao Partido Libertador;
Comissão de Relações Exteriores
ao Partido Libertador;
Comissão de Agricultura
— uma ao Partido Social Democrático e outra ao Partido Trabalhista Brasileiro;

Comissão de Educação e Cultura
— uma ao Partido Libertador e outra ao Partido Trabalhista Brasileiro;
Comissão de Segurança Nacional
— uma ao Partido Social Democrático e outra ao Partido Trabalhista Brasileiro;

Comissão de Serviço Público Civil
— uma ao Partido Trabalhista Brasileiro e outra ao Partido Libertador.

Atenciosas saudações *Filinto Müller*
— *Daniel Krieger* — Mem de Sá.

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente:

Em obediência ao disposto no art. 73, § 1.º, do Regimento Interno, venho trazer a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que o Partido Social Democrático indica para os lugares que lhe deverão caber na constituição das Comissões Permanentes:

São os seguintes:

COMISSÕES

FINANÇAS

TITULARES

Ary Vianna
Eugênio Barros
Paulo Coelho
Gaspar Velloso
Lobão da Silveira
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles
2. Ruy Carneiro
3. Jarbas Maranhão
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico
6. Filinto Müller

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Silvestre Péricles
Ruy Carneiro
Lobão da Silveira

SUPLENTE

1. Ary Vianna
2. Benedito Valladares
3. Gaspar Velloso
4. Menezes Pimentel

ECONOMIA

TITULARES

Gaspar Velloso
Paulo Fender
Alô Guimarães

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Sebastião Archer
3. Ary Vianna

LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

Ruy Carneiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel

SUPLENTE

1. Sebastião Archer
2. Silvestre Péricles
3. Eugênio Barros

PROJETOS DO GOVERNO

TITULARES

Filinto Müller
Benedito Valladares
Ruy Carneiro

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Lobão da Silveira
3. Ary Vianna

RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

Benedito Valladares
Filinto Müller
Gaspar Velloso

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Jefferson de Aguiar
3. Alô Guimarães

AGRICULTURA

TITULARES

Eugênio Barros
Alô Guimarães
Paulo Fernandes

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Jefferson de Aguiar
3. Sebastião Archer

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Menezes Pimentel
Jarbas Maranhão

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Alô Guimarães

SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

Jefferson de Aguiar
Jarbas Maranhão
Silvestre Péricles

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Jorge Maynard
3. Victorino Freire

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

Jarbas Maranhão
Silvestre Péricles

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Benedito Valladares

REDAÇÃO

TITULARES

Alô Guimarães
Ary Vianna

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Lobão da Silveira

SAÚDE

TITULARES

Alô Guimarães
Pedro Ludovico

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Jarbas Maranhão

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

TITULARES

Jorge Maynard
Victorino Freire

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Paulo Coelho

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente:
De conformidade com a determinação regimental, venho trazer a Vossa Excelência os nomes dos Senadores que, na sessão legislativa ordinária de 1962, representarão a União Democrática Nacional nas Comissões Permanentes, a saber:

COMISSÕES

FINANÇAS

TITULARES

Daniel Krieger
Irineu Bornhauser
Fernandes Távora
Lopes da Costa
Lino de Mattos
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno
2. Zacharias de Assunção
3. João Arruda
4. Milton Campos
5. João Villasboas
6. Del Caro

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Milton Campos
Heribaldo Vieira
Afonso Arinos
Afrânio Lages

SUPLENTE

1. João Villasboas
2. Daniel Krieger
3. Sérgio Marinho
4. Lopes da Costa

ECONOMIA

TITULARES

Sérgio Marinho
Fernandes Távora
Del Caro
João Arruda

SUPLENTE

1. Irineu Bornhausen
2. Ovídio Teixeira
3. Zacharias de Assunção
4. Sérgio Marinho

LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

Afonso Arinos
Lopes da Costa
Afrânio Lages

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado
2. Padre Calazans
3. Heribaldo Vieira

PROJETOS DO GOVERNO

TITULARES

Daniel Krieger
Milton Campos
Sérgio Marinho

SUPLENTE

1. Afrânio Lages
2. Irineu Bornhausen
3. João Villasboas

RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

João Villasboas
Afrânio Lages
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

1. Milton Campos
2. Sérgio Marinho
3. João Arruda

AGRICULTURA

TITULARES

Lopes da Costa
Ovídio Teixeira

SUPLENTE

1. Del Caro
2. Irineu Bornhausen

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Reginaldo Fernandes
Padre Calazans

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno
2. Lino de Mattos

SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

Zacharias de Assunção
Sérgio Marinho

SUPLENTE

1. João Arruda
2. Afrânio Lages

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

Padre Calazans
Coimbra Bueno

SUPLENTE

1. Sérgio Marinho
2. Reginaldo Fernandes

REDAÇÃO

TITULARES

Sérgio Marinho
Afonso Arinos

SUPLENTE

1. Padre Calazans
2. Heribaldo Vieira

SAÚDE

TITULARES

Reginaldo Fernandes
Fernandes Távora

SUPLENTE

1. Lopes da Costa
2. Sérgio Marinho

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

TITULARES

Coimbra Bueno
João Arruda

SUPLENTE

1. Sérgio Marinho
 2. Lino de Mattos
- Atenciosas saudações. — Daniel Krieger.

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em cumprimento ao disposto no art. 73, § 1.º, do Regimento Interno, apresentar à Vossa Excelência a lista dos nomes que representarão o Partido Trabalhista Brasileiro nas Comissões Permanentes que atuarão na sessão legislativa a instalar-se a 15 do corrente:

COMISSÕES

FINANÇAS

TITULARES

Fausto Cabral
Nogueira da Gama
Saulo Ramos
Barros Carvalho

SUPLENTE

1. Vivaldo Lima
2. Arlindo Rodrigues
3. Caiado de Castro
4. Lima Teixeira

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Lourival Fontes
Nogueira da Gama

SUPLENTE

1. Barros Carvalho
2. Lima Teixeira

ECONOMIA

TITULARES

Nogueira da Gama
Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Lima Teixeira
2. Saulo Ramos

LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

Lima Teixeira
Caiado de Castro
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1. Barros Carvalho
2. Lourival Fontes
3. Nelson Maculan

PROJETOS DO GOVERNO

TITULARES

Barros Carvalho
Nogueira da Gama

SUPLENTE

1. Fausto Cabral
2. Lima Teixeira

RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

Lourival Fontes
Vivaldo Lima

SUPLENTE

1. Nogueira da Gama
2. Barros Carvalho

AGRICULTURA

TITULARES

Nelson Maculan
Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Caiado de Castro
2. Lima Teixeira

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Saulo Ramos
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1. Caiado de Castro
2. Lima Teixeira

SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

Caiado de Castro
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1. Saulo Ramos
2. Nelson Maculan

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

Caiado de Castro
Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Nelson Maculan
2. Lourival Fontes

REDAÇÃO

TITULARES

Lourival Fontes

SUPLENTE

1. Caiado de Castro

SAÚDE

TITULARES

Saulo Ramos

SUPLENTE

1. Arlindo Rodrigues

TRANSPORTES

Fausto Cabral

1. Nelson Maculan

Em 16 de março de 1962

Senhor Presidente:

Cumprindo o disposto no art. 73 do Regimento, o Partido Libertador apresenta a Vossa Excelência, a seguir, os nomes que indicará para preenchimento dos lugares que lhe deverão caber nas Comissões Permanentes, em 1962:

COMISSÕES

FINANÇAS

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

Aloisio de Carvalho

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Aloisio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

PROJETOS DO GOVERNO

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

Aloisio de Carvalho

RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

Aloisio de Carvalho

SUPLENTE

Mem de Sá

EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

Mem de Sá

SUPLENTE

Aloisio de Carvalho
Atenciosas saudações. — Mem de Sá.
Ficam, pois, assim constituídas as Comissões Permanentes:

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PSD Ary Vianna
Eugênio Barros
Paulo Coelho
Gaspar Velloso
Lobão da Silveira
Victorino Freire

UDN Daniel Krieger
Irineu Bornhausen
Fernandes Távora
Lopes da Costa
Lino de Mattos
Dix-Huit Rosado

PTB Fausto Cabral
Nogueira da Gama
Saulo Ramos
Barros Carvalho

PL Mem de Sá

SUPLENTE

1. Silvestre Péricles
2. Ruy Carneiro
3. Jarbas Maranhão
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico
6. Filinto Müller
1. Coimbra Bueno
2. Zacarias de Assunção
3. João Arruda
4. Milton Campos
5. João Villasboas
6. Del Caro
1. Vivaldo Lima
2. Arlindo Rodrigues
3. Caiado de Castro
4. Lima Teixeira
1. Aloisio de Carvalho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PSD Jefferson de Aguiar
Silvestre Péricles
Ruy Carneiro
Lobão da Silveira

UDN Milton Campos
Heribaldo Vieira
Afonso Arinos
Afrânio Lages

PTB Lourival Fontes
Nogueira da Gama

PL Aloisio de Carvalho

SUPLENTE

1. Ary Vianna
2. Benedicto Valladares
3. Gaspar Velloso
4. Menezes Pimentel
1. João Villasboas
2. Daniel Krieger
3. Sérgio Marinho
4. Lopes da Costa
1. Barros Carvalho
2. Lima Teixeira
1. Mem de Sá

COMISSÃO DE ECONOMIA

TITULARES

PSD Gaspar Velloso
Paulo Bender
Alô Guimarães
UDN Sérgio Marinho
Fernandes Távora
Del Caro
João Arruda
PTB Nogueira da Gama
Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Sebastião Archer
3. Alô Guimarães
1. Irineu Bornhausen
2. Ovidio Teixeira
3. Zacarias de Assunção
4. Sérgio Marinho
1. Lima Teixeira
2. Saulo Ramos

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

TITULARES

PSD Ruy Carneiro
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
UDN Afonso Arinos
Lopes da Costa
Afrânio Lages
PTB Lima Teixeira
Caiado de Castro
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1. Sebastião Archer
2. Silvestre Péricles
3. Eugênio Barros
1. Dix-Huit Rosado
2. Padre Calazans
3. Heribaldo Vieira
1. Barros Carvalho
2. Lourival Fontes
3. Nelson Maculan

COMISSÃO DOS PROJETOS DO GOVERNO

TITULARES

PSD Filinto Müller
Benedicto Valladares
Ruy Carneiro
UDN Daniel Krieger
Milton Campos
Sérgio Marinho
PTB Barros Carvalho
Nogueira da Gama
PL Mem de Sá

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Lobão da Silveira
3. Ary Vianna
1. Afrânio Lages
2. Irineu Bornhausen
3. João Villasboas
1. Fausto Cabral
2. Lima Teixeira
3. Aloisio de Carvalho

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

TITULARES

PSD Benedicto Valladares
Filinto Müller
Gaspar Velloso
UDN João Villasboas
Afrânio Lages
Heribaldo Vieira
PTB Lourival Fontes
Vivaldo Lima
PL Aloisio de Carvalho

SUPLENTE

1. Menezes Pimentel
2. Jefferson de Aguiar
3. Alô Guimarães
1. Milton Campos
2. João Arruda
3. Sérgio Marinho
1. Nogueira da Gama
2. Barros Carvalho
1. Mem de Sá

COMISSÃO DE AGRICULTURA

TITULARES

PSD Eugênio Barros
Alô Guimarães
Paulo Fernandes
UDN Lopes da Costa
Ovidio Teixeira
PTB Nelson Maculan
Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
2. Jefferson de Aguiar
3. Sebastião Archer
1. Del Caro
2. Irineu Bornhausen
1. Caiado de Castro
2. Lima Teixeira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TITULARES

PSD Menezes Pimentel
Jarbas Maranhão
UDN Reginaldo Fernandes
Padre Calazans
PTB Saulo Ramos
Arlindo Rodrigues
PL Mem de Sá

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
2. Alô Guimarães
1. Coimbra Bueno
2. Lino de Mattos
1. Caiado de Castro
2. Lima Teixeira
1. Aloysio de Carvalho

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

TITULARES

PSD Jefferson de Aguiar
Jarbas Maranhão
Silvestre Péricles
UDN Zacarias de Assunção
Sérgio Marinho
PTB Caiado de Castro
Arlindo Rodrigues

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Jorge Maynard
3. Victorino Freire
1. João Arruda
2. Afrânio Lages
1. Saulo Ramos
2. Nelson Maculan

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

TITULARES

PSD Jarbas Maranhão
Silvestre Péricles
UDN Padre Calazans
Coimbra Bueno
PTB Caiado de Castro
Fausto Cabral
PL Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Benedicto Vialadarez
1. Sérgio Marinho
2. Reginaldo Fernandes
1. Nelson Maculan
2. Lourival Fontes
1. Mem de Sá

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PSD Alô Guimarães
Ary Vianna
UDN Sérgio Marinho
Afonso Arinos
PTB Lourival Fontes

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Lobão da Silveira
1. Padre Calazans
2. Heribaldo Vieira
1. Caiado de Castro

COMISSÃO DE SAÚDE

TITULARES

PSD Alô Guimarães
Pedro Ludovico
UDN Reginaldo Fernandes
Fernandes Távora
PTB Saulo Ramos

SUPLENTE

1. Eugênio Barros
2. Jarbas Maranhão
1. Lopes da Costa
2. Sérgio Marinho
1. Arlindo Rodrigues

COMISSÃO DE TRANSPORTES, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

TITULARES

PSD Jorge Maynard
Victorino Freire
UDN Coimbra Bueno
João Arruda
PTB Fausto Cabral

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. Paulo Coelho
1. Sérgio Marinho
2. Lino de Mattos
1. Nelson Maculan

Dispõe a Lei Interna da Casa.

"Art. 81. Dentro de cinco dias, a contar da sua composição, cada Comissão Permanente ou Especial, exceto a Diretoria e as mistas, se reunirá para instalar os trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, dentre os seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente".

A Presidência toma a liberdade de formular um apelo aos Srs. Senadores designados para as diversas Comissões no sentido de se reunirem dentro do mais curto prazo possível, para o preenchimento da formalidade da eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes respectivos, de modo a que esses órgãos possam entrar em função sem qualquer perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE:

Através de comunicação do Sr. Presidente da República, teve esta Presidência conhecimento do seu desejo de que na Comissão com que viajará proximamente em visita aos Estados Unidos e ao México figurasse o Líder da Maioria do Senado.

Dessa manifestação a Presidência deu ciência ao Sr. Senador Filinto Müller em carta nos seguintes termos:

Brasília, 16 de março de 1962.

Eminente amigo,

Senador Filinto Müller.

Incumbiu-me o Senhor Presidente da República de manifestar-lhe o agrado com que o veria designado, em atendimento ao convite que acaba de dirigir ao Senado, para intervir a comitiva que acompanhará Sua Excelência em sua próxima viagem aos Estados Unidos e ao México.

Faço-o com a maior satisfação, na certeza de que com a sua designação o Senado terá uma alta representação naquela honrosa missão.

Com a cordial estima e a sincera admiração do Auro Moura Andrade.

Em resposta, acaba a Presidência de receber a seguinte carta do Sr. Senador Filinto Müller:

Brasília, 16 de março de 1962.

Exm^o Sr. Presidente Auro Moura Andrade.

Tenho o prazer de acusar o recebimento da carta, datada de hoje, em que me transmite o desejo, manifestado pelo Sr. Presidente da República, de que eu figure na Comitiva que o acompanhará na viagem que vai fazer aos Estados Unidos e ao México.

Sou muito grato ao Sr. Presidente da República por essa manifestação e a V. Ex.^a por me haver dado conhecimento dela.

Lamentando, entretanto, achar-me inteiramente impossibilitado de aceitar a honrosa missão, para a mesma me permito, na qualidade de Líder da Maioria do Senado, sugerir o nome do nosso ilustre colega, Senador Barros Carvalho, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

Com a estima e o apreço de sempre, o amigo e admirador, Filinto Müller. Acolhendo a sugestão, a Presidência indica para a referida missão o Sr. Senador Barros Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte:

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, da redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1961 (nº 4.801), de 1959, no caso de origem que retifica, sem ônus, a Lei Orçamentária para o exercício

financeiro de 1958 (redação oferecida pela Comissão de Redação com seu Parecer nº 31, de 1962).

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 6, de 1962, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia José Argemiro Batista para o cargo vago de Guarda de Segurança, símbolo PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Discussão única da redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1962, que altera os artigos 40, § 1º, e 45, nº III, do Regimento Interno (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 42, de 1962).

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 3 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR SÉRGIO MARINHO NA SESSÃO DE 26.2.1962, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, pretendia pronunciar um discurso, mas em face do espetáculo melancólico que este Plenário apresenta, inclino-me mais a um soliloquio.

Indago, Sr. Presidente, por que até o momento não apareceu, nesta Casa, o Plano de Contenção de Despesas, a ser elaborado pelo Poder Executivo? Refletindo melhor, pergunto como se compreende a necessidade de um Plano de Contenção de Despesas, dentro do sistema de governo que houvemos por bem admitir?

O Orçamento, resulta de uma proposta do Poder Executivo, e a essa proposta, as duas Casas do Congresso darão a resposta adequada, isto é, a examinarão e nela introduzirão as modificações que acharem por bem introduzir.

Dentro da sistemática do regime, o Poder Executivo deve estar permanentemente presente nessa análise, nessa complementação da elaboração orçamentária. Se o Poder Executivo, ou mais precisamente, se o Primeiro-Ministro acompanhasse incansavelmente, como é do seu dever, a elaboração da Lei de Orçamentos, essa segunda e decisiva fase, desnecessária seria a apresentação de um Plano de Contenção de Despesas, de vez que o Orçamento, aprovado nas duas Casas do Parlamento, seria a expressão adequada da capacidade arrecadadora da União, no exercício, e da sua possibilidade de despendar recursos, seja para o custeio e manutenção dos serviços, seja para o custeio dos seus servidores. Sr. Presidente a necessidade da elaboração de um Plano de Contenção de Despesas já denuncia, sem dúvida, a inadequação dos homens chamados a cumprir as funções de governo às tarefas que o regime a eles cometen.

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O Sr. SÉRGIO MARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Estou acompanhando com interesse o seu discurso, que realmente impressiona, mas neste particular, não acha Vossa Excelência que não está havendo, ou não houve colaboração entre o Legislativo e o Executivo?

Se, em nosso sistema de governo os dois poderes devem funcionar em colaboração, não temos por onde fugir: ou a colaboração não existe ou, o Executivo está procurando corrigir as falhas. Foi a ideia que me ocorreu no momento.

O Sr. SÉRGIO MARINHO — Estou muito honrado com o aparte de V. Ex.^a

Não estou, Sr. Presidente, arrependido para o banco dos réus as duas

Casas do Parlamento. Elas já foram, neste recinto, objeto dos mais asperos ataques, dirigidos com justiça e propriedade, não só no que diz respeito à sua omissão, mas também no que diz respeito à ausência de proporção, que revelam, quando dispõem dos recursos públicos.

Não venho, portanto, atacar o Congresso Nacional, expor ao nú as suas irresponsabilidades, que são tremendas, não só quanto à elaboração orçamentária, mas, e principalmente, no que diz respeito à fiscalização da execução orçamentária, pelo Poder Executivo.

O que não compreendo, neste soliloquio que me dispus a fazer, é a ausência do Primeiro Ministro na tarefa máxima a que é chamado a desempenhar, a elaboração orçamentária. A não ser que o orçamento tenha apenas uma significação simbólica — parece que tendemos a lhe emprestar essa significação — de vez que continuamos a autorizar despesas, sem prever os recursos necessários ao atendimento das mesmas.

O Sr. Fernandes Távora — O nobre orador dá licença para um aparte?

O Sr. SÉRGIO MARINHO — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex.^a nunca faria soliloquio nesta Casa, porque aqui todos estão prontos a ouvi-lo com a devida atenção e a dar-lhe o apoio que sempre mereceu.

O Sr. SÉRGIO MARINHO — Muito obrigado a V. Ex.^a, eminente Senador Fernandes Távora, mas me refiro a soliloquio em face da pouca densidade democrática existente neste Plenário. (Risos) Aliás, confesso, que não é a primeira vez que eu o contemplo neste primeiro dia da semana.

O Sr. Fernandes Távora — Espeláculo das segundas-feiras...

O Sr. SÉRGIO MARINHO — Dizia, Sr. Presidente, que tudo indicava tendência a dar ao Orçamento — a poca máxima da atividade estatal — uma significação simbólica, não só porque nos contentávamos em ajustar os gastos orçamentários às reais possibilidades brasileiras, como também por continuar ausente da elaboração orçamentária aquele que tinha o dever de conduzi-la e de orientá-la.

Para a elaboração do Orçamento, no sistema parlamentar, não se pode prescindir da orientação dos conselheiros e dos subsídios do Primeiro-Ministro. Não obstante, o último Orçamento foi elaborado já na fase parlamentar, sem que se tenha obtido, além da orientação inicial, de qualquer colatoração do Primeiro-Ministro, no sentido de ajustar os seus termos às verdadeiras realidades do Brasil de hoje.

Se as coisas se passarem desse modo — e acho que passarão se não será a contestá-lo — não é de estranhar que continuemos a gastar à margem do Orçamento, o Parê-lo impróprio, como todos sabem, a obrigatoriedade inelutável de emitir sempre e cada vez mais. Quanto mais emitimos, mais contribuímos para que se acentuem as graves distorções até que se torne demoníaca a dança dos preços. E a dança dos preços exacerba o mal-estar social.

Parece até, Senhor Presidente, haver um designio oculto no sentido de que jamais abandonemos a linha do desequilíbrio orçamentário, que traz, como consequência, a necessidade de emitir donde se originam todos os danos que, estamos fartos de saber, a emissão descontrolada provoca.

E de pensar, Senhor Presidente, que impulsiona esse estado de coisas — quem sabe, — o propósito malévolo de exacerbar os males do Brasil, para causar a desintegração social e econômica do País. Seria um fenómeno em série para a implantação de um es-

tado drástico que trará como consequência imediata a necessária, a proscrição das liberdades.

Mais uma vez sirvo-me desta alta tribuna para chamar a atenção dos homens públicos da minha Pátria, daqueles sobre os quais, nesse momento, pesam graves responsabilidades, no sentido de que examinem, com humildade, com espírito de renúncia, e com patriotismo, os caminhos perigosos que estamos trilhando e se disponham, na realidade, a impor ao Brasil, política consentânea com as suas necessidades imediatas, política que proscreva o delírio de gastos, política que, com objetividade, se compenetre do panorama internacional do mundo de hoje e procure reconstruir o Brasil, evitando por essa forma que nos desintegremos. (Muito bem. Palmas).

Gabinete do Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 2, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, dispensa, a pedido, Apolônio Jorge de Faria Sales Filho, Redator, PL-4, das funções de seu Secretário Particular, determinando sejam consignados nos assentamentos do mesmo servidor o seu agradecimento e o seu louvor pela excelente colaboração que lhe prestou durante o tempo em que, com inteligência, lealdade e dedicação, as exerceu.

Senado Federal, em 10 de março de 1962. — Senador *Gilberto Marinho*, 1º Secretário, em exercício.

PORTARIA Nº 3, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, dispensa, a pedido, Vicente Oliveira de Lara Resende, Auxiliar Legislativo, PL-9, das funções de seu Auxiliar de Gabinete, determinando sejam consignados nos assentamentos do mesmo servidor o seu agradecimento e o seu louvor pela excelente colaboração que lhe prestou durante o tempo em que, com inteligência, lealdade e dedicação, as exerceu.

Senado Federal, em 10 de março de 1962. — Senador *Gilberto Marinho*, 1º Secretário, em exercício.

PORTARIA Nº 4, DE 1962

O Primeiro Secretário do Senado Federal resolve mandar consignar nos assentamentos de Ary Feliciano de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-9, o seu agradecimento e o seu louvor pelos bons e leais serviços que lhe prestou durante o tempo em que esteve lotado em seu Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 1962. — Senador *Gilberto Marinho*, 1º Secretário, em exercício.

PORTARIA Nº 5, DE 1962

O Primeiro Secretário do Senado Federal resolve mandar consignar nos assentamentos de Mário Mendes da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-8, o seu agradecimento e o seu louvor pelos bons e leais serviços que lhe prestou

durante o tempo em que esteve lotado em seu Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 1962. — Senador *Gilberto Marinho*, 1º Secretário, em exercício.

PORTARIA Nº 6, DE 1962

O Primeiro Secretário do Senado Federal resolve mandar consignar nos assentamentos de Antônio Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-8, o seu agradecimento e o seu louvor pelos bons e leais serviços que lhe prestou durante o tempo em que esteve lotado em seu Gabinete.

Senado Federal, em 10 de março de 1962. — Senador *Gilberto Marinho*, 1º Secretário, em exercício.

PORTARIA Nº 7, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve desligar Sara Ramos de Figueiredo, Auxiliar Legislativo, PL-10, das funções de Secretária Particular do 3º Secretário, e designá-la para exercer as mesmas funções em seu Gabinete.

Senado Federal, em 11 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo*, 1º Secretário.

PORTARIA Nº 8 DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar João Pires de Oliveira Filho, Oficial Legislativo, PL-7, para a função de seu Oficial de Gabinete.

Senado Federal, em 11 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo* — 1º Secretário.

PORTARIA Nº 9, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve designar Ary Feliciano de Araújo, Auxiliar Legislativo, PL-9, para a função de seu Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 11 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo* — 1º Secretário.

PORTARIA Nº 10, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso de suas atribuições, resolve desligar Diva Galotti, Oficial Legislativo, PL-6, das funções de Auxiliar de Gabinete do 3º Secretário, e designá-la para exercer as mesmas funções em seu Gabinete.

Senado Federal, em 11 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo* — 1º Secretário.

PORTARIA Nº 11, DE 1962

O Primeiro Secretário, usando da atribuição que lhe confere o artigo 51, letra k, do Regimento Interno, resolve designar para o Gabinete do 3º Suplente os seguintes funcionários:

Silvio Pinto de Carvalho — Secretário Particular.

Ercília Cruz da Fonseca — Auxiliar de Gabinete.

Senado Federal, em 15 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo* — 1º Secretário.

PORTARIA Nº 12, DE 1962

O Primeiro Secretário designa, nos termos do art. 51, alínea k, do Regimento Interno, os seguintes funcionários, para o Gabinete do Sr. 3º Secretário:

Arlette Belotas Tapajós — Secretária particular.

Jorge de Oliveira Nunes — Auxiliar de Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — Senador *Argemiro de Figueiredo* — 1º Secretário.

PORTARIA Nº 13, DE 1962

O Primeiro Secretário, no uso das atribuições constantes do art. 51, letra "i", do Regimento Interno, resolve estabelecer as seguintes instruções a serem observadas na distribuição inicial, permuta ou mudança de apartamentos destinados aos membros e servidores do Senado Federal:

1) Os Srs. Senadores terão preferência sobre os funcionários.

2) Nenhuma nova distribuição, permuta ou transferência será feita, ressaltado o item anterior, enquanto não forem, no interesse dos serviços da Secretaria, acomodados, nesta Capital, os funcionários, especialmente taquígrafos, que aguardam, no Rio de Janeiro, a solução dos seus problemas residenciais.

3) Atendidas as preferências dos itens anteriores, os demais casos serão resolvidos com observância da escala hierárquica dos pretendentes, abrindo-se para esse fim as necessárias inscrições.

4) Havendo empate, aplicar-se-ão sucessivamente os seguintes critérios de seleção:

a) maior número de dependentes;

b) maior antiguidade no Senado.

5) Os casos omissos serão submetidos ao exame do Primeiro Secretário.

Brasília, 15 de março de 1962. — *Argemiro de Figueiredo*.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Atos do Diretor Geral

O Diretor Geral concedeu férias aos seguintes funcionários:

— Miécio dos Santos Andrade, Diretor, PL-1, a partir do dia 10 do mês em curso, relativas a 1960;

Celso Ferreira dos Santos, Auxiliar de Limpeza, PL-11, a partir de 12 do corrente mês, relativas a 1961, em virtude de ter permanecido de plantão no recesso de 1961.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de março de 1962. — *Maria do Carmo Rondon R. Saratva*, Diretora do Pessoal.

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Armino

Henriques, Motorista, PL-8, para ter exercício no Gabinete do 3º Suplente. Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José da Silva, Auxiliar de Limpeza, PL-11, para ter exercício no Gabinete do 1º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 18, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar João Alves da Silva, Motorista, Auxiliar, PL-10, para ter exercício no Gabinete do 1º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 19 DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Antônio Luiz da Rocha, Auxiliar de Portaria, PL-8, para ter exercício no Gabinete do Senhor 1º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 20, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar José Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10, do Gabinete do 3º Secretário e lotá-lo no Gabinete do 1º Secretário. Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar Francisco das Chagas Carvalho, Auxiliar de Portaria, PL-10, do Gabinete do 3º Secretário e lotá-lo no Gabinete do 1º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE MARÇO DE 1962

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Renato Medeiros, Auxiliar de Portaria, PL-9, para ter exercício no Gabinete do 3º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 15 de março de 1962. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor Geral.